



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
TRIBUNAL DE CONTAS

**TCE**

**302.688-2/19**



Nome: ..... Nº Orig ..... Of MEM 074/SGE Dt Of 11/07/2019

Origem TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ

Natureza PROPOSTA (INT) \*

Int. Princ SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Espécie: ..... Obs.CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

Assunto: ..... Impressa por 02/003759 Volume 1 de 1 Cadastrado em 05/08/2019

SS

Quia CEO 154/19

Memorando nº 074/19 – SGE

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2019.

**Da:** SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO - SGE

**Para:** SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO – SGA

**Assunto:** Contratação de consultoria

### **Sr. Secretário-Geral de Administração**

A Secretaria-Geral de Controle Externo – SGE, no planejamento de sua atividade finalística, mormente no que diz respeito ao Plano Anual de Auditorias Governamentais – PAAG do presente exercício, definiu o Objetivo Geral nº 03, que consta do referido PAAG, com a pretensão de adotar a auditoria financeira como suporte às análises das contas de governo, além de alinhar a atividade de controle externo deste TC às diretrizes nacionais e às normas internacionais de auditoria do setor público.

O referido objetivo fora definido a partir da verificação da necessidade de ampliar a qualidade dos relatórios e pareceres prévios, subsidiando a sociedade e os Poderes Legislativos com informações mais fidedignas, com risco mitigado de que haja distorções relevantes que possam afetar a realidade financeira dos referidos entes.

Destaca-se que o TCE-RJ não possui histórico e experiências anteriores na realização de auditorias financeiras, o que representa não apenas uma mudança de paradigma na atuação deste TC, como impõe um desafio em termos de capacitação e desenvolvimento de tecnologias.

Este objetivo geral está alinhado à estratégia de aperfeiçoamento de atuação das atividades de controle externo a cargo desta SGE e que fundamentou a elaboração de diversas ações, dentre elas a realização de um curso sobre normas de auditoria financeira, com especialista externo, em que se formaram duas turmas: uma em dezembro de 2018 e outra em fevereiro de 2019, tendo sido capacitados cerca de 80 servidores da SGE e dos gabinetes dos Conselheiros e Conselheiros Substitutos.

Esta capacitação conferiu os conhecimentos básicos sobre normas de auditoria financeira aos participantes, possibilitando, a partir de então, o desenvolvimento de outras dimensões da competência – em especial as habilidades e atitudes dos servidores – para o planejamento e execução de auditorias financeiras.

Neste sentido, e para dar continuidade à estratégia de aperfeiçoamento das ações de controle a cargo desta SGE, foi incluída no PAAG-2019, com aprovação da Presidência desta Corte, uma auditoria financeira no âmbito da administração pública estadual. A realização da referida auditoria demanda uma capacitação específica e acompanhamento por profissional com reconhecida experiência em auditoria financeira no setor público.

Em outras palavras, o que se pretende é contratar um especialista em auditoria financeira no setor público, com experiência neste instrumento de fiscalização utilizado por Tribunais de Contas, e que, em razão da ausência de tal profissional no TCE-RJ, acompanhasse a equipe em todas as fases da auditoria financeira prevista no PAAG-2019.



Neste sentido, após tentativas de contratação via Escola de Contas, recebemos indicação do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Espírito Santo e de servidores desta casa do Sr. Henrique Ferreira de Souza Carneiro, Auditor Federal de Controle Externo do TCU, que realiza atividades de capacitação e consultoria em órgãos de controle externo que desejam implementar a auditoria financeira nos termos das normas internacionais de auditoria.

Após algumas reuniões via videoconferência e pesquisas na internet, conversas com servidores do TCE-ES e documentos enviados pelo Sr. Henrique, verificou-se que o trabalho desenvolvido por ele vão ao encontro das expectativas da SGE no que diz respeito ao projeto de desenvolvimento da auditoria financeira no âmbito deste TCE.

Destaca-se que o especialista possui em seu currículo vasta experiência em supervisão, planejamento e execução de auditorias financeiras no âmbito do TCU e que, ainda, já ministrou cursos de capacitação e a consultoria em auditoria financeira em outros órgãos públicos, com destaque para o trabalho desenvolvido no TCE-ES cujo conteúdo é o que pretende-se aplicar em nosso trabalho no TCE-RJ, tudo conforme documentação em anexo.

Além disso, cabe destacar que a contratação do referido especialista não se resume a ministrar aulas de auditoria, ou seja, não é apenas um curso de auditoria financeira: em uma primeira etapa o profissional apresentará as normas aplicáveis à auditoria financeira já prevista no PAAG, a partir dos dados informados por esta SGE, e auxiliará a equipe no desenvolvimento dos papéis de trabalho aplicáveis (fase de planejamento da auditoria).

Posteriormente, o profissional acompanhará a equipe na execução da auditoria, revisão dos papéis de trabalho e também do relatório de auditoria, atividades estas sob supervisão de servidor formalmente designado pela SGE.

No que diz respeito à experiência do profissional, destaca-se que o referido especialista, na qualidade de Auditor de Controle Externo, já participou do planejamento, da execução, da elaboração de relatórios e da supervisão de auditorias financeiras realizadas pelo Tribunal de Contas da União, tendo participado de diversos trabalhos realizados pelo TCU, conforme consta das Portarias Semag nº 1368 e 1245, de 2016, e nº 994 e 1156 de 2017 que seguem em documentação anexa.

Como o TCU tem gerado diversos produtos desde 2009, quando firmou acordo com o Banco Mundial, sendo atualmente o tribunal de contas mais capacitado no que tange à auditoria financeira aplicada ao setor público, notadamente quanto aos padrões de trabalho de auditoria de grupo (ISSAI 1600) utilizados para subsidiar a análise das contas de governo, resta reforçada a singularidade da contratação.

Essa experiência profissional lhe confere os conhecimentos, as habilidades e as atitudes necessárias à realização de auditorias financeiras em todas as suas etapas, desde o planejamento dos respectivos trabalhos até a elaboração do relatório, portanto competências operacionais, e também as necessárias à supervisão e orientação dos trabalhos de auditorias realizados por equipes de auditores de Tribunais de Contas, portanto, competências gerenciais.

Para tanto, embora seja redundante colocar, as referidas competências do especialista tanto no nível operacional, quanto no nível gerencial em todas as etapas da auditoria financeira exige um elevado conhecimento das normas nacionais e internacionais de auditoria aplicada ao setor público.

Destaca-se que as Normas de Auditoria Aplicáveis do Setor Público-NBASP, resultantes da tradução das normas internacionais de auditoria (ISSAI), devem ser

observadas nos trabalhos desenvolvidos pelos Tribunais de Contas, normas estas que se diferenciam, em diversos aspectos, tais como escopo e características do objeto de fiscalização, das auditorias contábeis realizadas no âmbito do setor privado.


Em tempo, cabe destacar, inclusive, que o especialista participou ativamente das fases de planejamento, execução e relatório de auditoria financeira que teve por objeto as demonstrações financeiras da União com a finalidade de subsidiar a elaboração de parecer prévio sobre as contas de governo do Presidente da República, conforme se pode confirmar no art. 1º das Portarias Semag nº 1368 e 1245 de 2016 em anexo e, portanto, com objeto e finalidade idênticos à da auditoria financeira prevista no PAAG-2019 deste TCE.

Em razão disso, mesmo que no mercado seja possível encontrar profissionais que possuam conhecimentos de auditoria financeira para o setor público, estes conhecimentos se resumirão ao campo teórico, pois estes mesmos profissionais não gozarão da prática profissional de planejamento, execução, elaboração de relatórios e supervisão de trabalhos de auditoria financeira, especialmente com a finalidade de subsidiar as análises de contas de governo para fins de emissão de parecer prévio, pois esta é uma atividade exclusiva do controle externo a cargo dos Tribunais de Contas da União, dos Estados ou dos Municípios.

Além disso, desconhecemos a existência de algum profissional que atue no controle externo a cargo dos Tribunais de Contas que realize consultorias em auditoria financeira a outros Tribunais de Contas da forma como se pretende com a presente contratação. Por sua vez, o profissional que se propõe contratar apresenta, conforme documentação anexada, experiência profissional não apenas em todas as etapas da auditoria financeira, como, inclusive, na sua realização em subsidio à análise das contas anuais da Presidência da República a serem apreciadas pelo Tribunal de Contas da União.

Por fim, cabe destacar que o § 3º do art. 48 do Regimento Interno desta Corte de Contas dispõe que "As auditorias governamentais de que trata esta Seção serão realizadas por servidores dos Órgãos Auxiliares do Tribunal, ou, por decisão do Plenário, eventual e subsidiariamente, mediante contrato, por empresas ou auditores especializados, sob a coordenação de servidores designados pelo Presidente", o que fundamenta juridicamente a contratação de especialista para tal fim.

Atenciosamente,

  
**TALITA DOURADO SCHWARTZ**  
Secretária-Geral de Controle Externo  
Matrícula 02/4239

**ANEXO I – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**LOCAL DE REALIZAÇÃO DA CAPACITAÇÃO E PLANEJAMENTO DA AUDITORIA  
FINANCEIRA A SER REALIZADA PELA SGE**

Escola de Contas e Gestão do Estado do Rio de Janeiro – ECG/RJ.

**LOCAL DOS ENCONTROS DE ACOMPANHAMENTO**

Serão realizados por videoconferência, nas datas previstas na proposta encaminhada pelo profissional.

**PASSAGENS E HOSPEDAGEM:**

2 PASSAGENS (ida e volta) + hospedagem, não compreendidos nos valores apresentados no item a seguir, conforme proposta apresentada pelo profissional.

**FORMA DE PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO (TOTAL = R\$ 60.000):**

1. R\$ 24.000, a serem pagos após entrega dos papéis de trabalho personalizados, que ocorrerá antes da capacitação;
2. R\$ 24.000, a serem pagos após a realização da capacitação;
3. Acompanhamento, no montante de R\$ 12.000, com pagamento dividido da seguinte forma:
  - R\$ 4.200, a serem pagos até o final de dezembro de 2019 (7 encontros previstos);
  - R\$ 3.000, a serem pagos até o final de março de 2020 (5 encontros previstos);
  - R\$ 4.800, a serem pagos após a revisão do relatório (8 horas previstas).

**PROPOSTA DE TREINAMENTO E CONSULTORIA EM AUDITORIA FINANCEIRA****1. OBJETIVO DA PROPOSTA**

Habilitar os servidores do Tribunal de Contas do Estado a conhecerem os conceitos básicos da Auditoria Financeira, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISSAI) emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), normas de auditoria financeira emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pelo Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União - TCU. O curso pretende também orientar o Tribunal a aplicar as normas internacionais de Auditoria Financeira na estruturação e planejamento dos trabalhos de auditoria, sobretudo nas Contas de Governo (metodologia de auditoria financeira de grupo, conforme a ISSAI 1600).

A assessoria em auditoria financeira tem como objetivo auxiliar o Tribunal de Contas a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria.

**2. DO CONTRATADO**

A seguir, apresenta-se o currículo resumido de Henrique Ferreira Carneiro, doravante intitulado contratado:

- Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, coordenou o projeto de fortalecimento da Auditoria Financeira, como especialista sênior e atualmente exerce a função de assessor da Ministra Ana Arraes;
- Conduziu auditorias financeira no TCU, sobretudo no Balanço Geral da União, a exemplo das mencionadas abaixo:
  - Auditoria do BGU 2017 - Portarias de Fiscalização nº 994 e 1156 (anexo 8 e 9);
  - Auditoria do BGU 2016 – Portarias de Fiscalização Nº 1245 e 1368 (anexo 10 e 11)
- Bacharel em Ciências Contábeis pela UNB e especialização em Auditoria Financeira pelo Instituto Serzedello Corrêa, Escola Superior do Tribunal de Contas da União;
- Foi Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com atuação na Coordenação Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação;
- Participou da elaboração de cinco edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, incluindo os volumes sobre Procedimentos Contábeis Orçamentários, Procedimentos Contábeis Patrimoniais, Procedimentos Contábeis Específicos, Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público;
- Participou da elaboração do Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União;
- Ministrou diversos cursos e treinamentos em auditoria financeira, para diversos tribunais e órgãos da administração pública federal e estadual, incluindo



- Treinamento em Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (anexo 1);
  - Treinamento e consultoria em Auditoria Financeira para o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (anexo 2);
  - Treinamento em Auditoria Financeira para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia, via escola Nacional de Governo (anexos 3 e 4);
  - Treinamento em Contabilidade Aplicada ao Setor Público para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (anexo 5);
  - Diversos treinamentos realizados via empresas especializadas em treinamento para servidores públicos (exemplos por meio dos anexos 6 e 7).
- Acompanhou, por meio de treinamento e consultoria, a implementação da auditoria financeira no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (anexo 2).

## 2. ESCOPO DA PROPOSTA

### 2.1 Treinamento em Auditoria Financeira

O treinamento em Auditoria Financeira, a ser realizado no período de **16 a 20 de setembro de 2019**, com carga horária de **40 horas/aula**, será conforme o conteúdo discriminado a seguir:

Conteúdo	Carga Horária
<b>Módulo 1 – Introdução à auditoria financeira no setor público</b> Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estrutura Normativa</li> <li>2. Conceitos</li> <li>3. Princípios de Auditoria Financeira</li> <li>4. Etapas da Auditoria Financeira</li> <li>5. Avaliação de risco na auditoria financeira</li> </ol>	8 horas/aula
<b>Módulo 2 – Etapas e desenvolvimento da Auditoria Financeira</b> Conteúdo: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Planejamento da auditoria: procedimentos para planejar uma auditoria financeira.</li> <li>2. Execução da auditoria: procedimentos executar uma auditoria financeira;</li> <li>3. Elaboração do relatório de auditoria: normas internacionais para elaboração do relatório de auditoria</li> <li>4. Procedimentos de amostragem básica aplicada á auditoria financeira</li> </ol>	8 horas/aula



Módulo 3 – Auditoria Financeira de Demonstrações Consolidadas 1. A ISSAI 1600 e sua aplicação ao Tribunal de Contas 2. Estratégia global de auditoria e plano de auditoria 3. Entendimento do grupo, seus componentes e seus ambientes 4. Entendimento sobre os auditores de grupo e auditores de componentes 5. Materialidade 6. Resposta aos riscos avaliados 7. Processo de consolidação	8 horas/aula
Módulo 4 – Elaboração dos Papéis de Trabalho de auditoria 1. Entendimento da entidade 2. Termos do trabalho da Auditoria 3. Estratégia de auditoria 4. Definição da Materialidade e Limite de Acumulação de Distorções 5. Avaliação de risco 6. Plano de Auditoria 7. Papéis de trabalho para documentação dos procedimentos de execução de auditoria 8. Modelo de Relatório de Auditoria	10 horas/aula
Módulo 7 – Técnicas e Procedimentos de Auditoria Financeira Aplicadas à Nova Contabilidade 1. Amostragem estatística para Auditoria Financeira (Método MUS para testes substantivos) 2. Principais técnicas de auditoria financeira 3. Auditoria Financeira Aplicada ao PCASP 4. Procedimentos de análise das DCASP	4 horas/aula
Total (a distribuição das horas entre os módulos é apenas estimada):	40 horas/aula

O curso será expositivo com atividades práticas que exercitem a capacidade dos servidores de aplicarem o conhecimento obtido. Para o bom desempenho, recomenda-se que a turma seja formada por no **máximo 20 alunos**.

Para realização do treinamento, a contratante deverá providenciar os seguintes materiais, necessários para o bom desempenho do curso: projetor, *flipboard*, passador de *slides*, impressão do material didático a ser fornecido pelo professor e **notebook/computador** a ser utilizado por cada participante do treinamento.

## 2.1 Consultoria para implantação da Auditoria Financeira

A consultoria para implantação de auditoria financeira no TCE consistirá em assistência técnica e especializada para aplicação dos padrões de auditoria estabelecidos pela Intosai, sobretudo por meio das Normas Internacionais de Auditoria Financeira (ISSAI), inclusive a análise das necessidades do ente para implantação da Auditoria





Financeira com base na metodologia de grupos (ISSAI 1600) aplicável as Contas de Governo e outras contas consolidadas, e será fornecida por meio das duas etapas descritas a seguir.

#### *2.1.1 Elaboração de Papéis de Trabalho Personalizados para Realização de Auditoria Financeira*

O contratado irá elaborar modelos para documentação dos trabalhos de auditoria financeira, denominados de papéis de trabalho, para serem usados nas auditorias que serão conduzidas pelo TCE e no treinamento a ser fornecido pelo contratado, conforme os padrões estabelecidos pelas Normas Internacionais de Auditoria Financeira.

Serão desenvolvidos os seguintes documentos:

- Termos do Trabalho (ISSAI 1210);
- Entendimento da Entidade e seus Controles Internos (ISSA 1315)
- Estratégia de Auditoria Financeira para Contas Consolidadas do Governo do Estado (ISSAI 1600);
- Determinação da Materialidade e do Limite de Acumulação de Distorções (ISSAI 1320);
- Matriz de Avaliação de Riscos e de Procedimentos (segundo o Manual de Auditoria Financeira do TCU e ISSAI 1315 e 1330); e
- Plano de Auditoria (ISSAI 1300);
- Modelo geral de cálculo de amostragem (ISSAI 1530);
- Modelo geral para documentação da execução da auditoria; e
- Modelo geral para elaboração de relatório de auditoria (ISSAI 1700).

Durante a realização do treinamento, os auditores receberão orientações de como utilizar os papéis de trabalhos desenvolvidos, de forma a conduzir as auditorias financeiras a serem realizadas por eles.

Para elaboração dos papéis de trabalho, o ~~contratante se compromete~~ a fornecer as seguintes informações, além de outras que possam ser necessárias, observado o sigilo dos dados e uso exclusivo para fins do objeto do trabalho:

- Informações gerais sobre elaboração de documentos e padrões de formatação utilizados pelo TCE;
- Demonstrações consolidadas do ente em formato editável;
- Balanços Patrimoniais e Orçamentários, em formato editável, dos principais componentes (órgãos e entidades) do ente, referente ao último mês encerrado;
- Balancete contábil e detalhamento de lançamentos de uma conta contábil a ser especificada para fins de elaboração de modelo de amostragem; e
- Outras informações que possam ser necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos.

**A elaboração dos papéis de trabalho pelo contratado tem duração estimada de 40 horas.** Por isso, o contratante deverá disponibilizar os documentos solicitados com um prazo recomendável de 20 dias antes da realização do curso.



### 2.1.2 Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos

O contratado irá realizar o acompanhamento da implementação da metodologia de auditoria financeira pelo contratante, por meio de atendimento de dúvidas e revisão dos trabalhos desenvolvidos.

O acompanhamento dos trabalhos ocorrerá por meio de 12 (doze) reuniões quinzenais, com duração estimada de até 1 (uma) hora, a serem realizadas durante o desenvolvimento da auditoria.

A seguir, apresenta-se um calendário com sugestões de datas para realização das reuniões. As datas sugeridas poderão sofrer alterações por prévio aviso por parte do contratante ou da contratada.

Outubro/19	Novembro/19	Dezembro/19	Janeiro/19	Fevereiro/19	Março/19
04/10/19	01/11/19	06/12/19	31/01/20	14/02/20	13/03/20
18/10/19	14/11/19	19/12/19		28/02/20	27/03/20
	29/11/2019				

Por fim, o acompanhamento será concluído por meio da revisão do relatório final de auditoria por parte do contratado, com carga horária estimada de 8 horas.

A carga horária total prevista para o acompanhamento dos trabalhos é de **20 horas**.

### 3. Proposta Financeira


A contratação do instrutor ocorrerá por meio de RPA (pessoa física), com incidência na fonte dos impostos devidos, de acordo com a seguinte proposta:

- Curso de Auditoria Financeira: R\$ 24.000,00 (R\$600,00 por hora prevista).
- Consultoria para implementação da Auditoria Financeira:
  - Elaboração de Papéis de Trabalho Personalizados para Realização de Auditoria Financeira: R\$ 24.000,00 (R\$600,00 por hora prevista).
  - Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos: R\$ 12.000,00 (\$600,00 por hora prevista).

A contratante ainda arcará com as despesas com as passagens aéreas e hospedagem para a realização do treinamento.

Brasília, 04 de julho de 2019





---

Henrique Ferreira Souza Carneiro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1875774432

NOME: HENRIQUE FERREIRA SOUSA CARDOSO

DOC. IDENTIDADE/ORGANIZADORAF: 2343177 MP DF

CNH: 204.948.291-14 DATA NÚCLEO: 01/03/1984

RENÇÃO: JACI RISSO DE SOUSA

SUSANITA MARIA FERREIRA DE SOUSA

RENÇÃO: ☐ RHC: ☐ CXT. HRL: ☐

Nº REGISTRO: 0329310807 VALOR: 06/06/2024 T. VALIDAÇÃO: 29/05/2004

OPERAÇÕES

*Henrique F. S. Cardoso*

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

LOCAL: BRASÍLIA, DF DATA EMISSÃO: 13/06/2019

ASSINADO EM: 02/06/2019 02753171149

DISTRITO FEDERAL

DENATRAN CONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio da comparação deste arquivo digital com o arquivo de assinatura (.p7s) no endereço: < <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >.

SERPRO / DENATRAN

FCE/RJ

PROCESSO N°

**302.688-2/19**

Mat.: LAA 3140 FLS.9

HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO  
COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADES/EXPERIÊNCIA  
PROFISSIONAIS

**Henriques de Souza, Pregoeira Oficial**, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, manifeste-se acerca da representação constante destes autos, apresentando justificativas, com a juntada de documentos que entender necessários, bem como outras informações que entenda pertinentes;

**d) DETERMINEI**, por fim, que seja dada ciência ao Representante do Ministério Público Especial de Contas acerca dos termos desta Decisão, e, após a oitiva da representada, com as informações e documentos juntados, determinei a remessa dos autos à área técnica para instrução quanto à representação intentada.

Dentro do prazo determinado para suspensão do Pregão Eletrônico ou da execução contratual, as representadas apresentaram o **pedido de suspensão da decisão cautelar** (fls. 713/932, vols. IV e V) com base nos seguintes argumentos, em síntese:

A empresa Prisma Serviços Ltda EPP, ao final da sessão pública no dia 23/12/2014 fora consagrada vencedora, conforme pode ser verificado na Ata de Sessão (Anexo II). Em prosseguimento, foram apresentados os documentos de habilitação, contudo, foi inabilitada, vez que apresentou o atestado de capacidade técnica para serviços de conservação e limpeza, não condizente ao objeto licitado, que era prestação de serviços continuados de mão de obra (motoristas), não atendendo assim a alínea "a" do item 12.10.3 do edital; A Administração municipal exige a qualificação técnica em seus editais com base no art. 25, § 3º do Decreto Municipal n.º 115/2014, bem como o disposto no art. 30, inciso II, da Lei n.º 8.666/93; Informa que após o julgamento de habilitação (Anexo IV), no dia 22/01/2015, a empresa **Multilimpe Conservadora de Serviços** Ltda EPP ofertou novo lance no valor de R\$ 2.407.922,40, tendo este o valor em que o certame foi homologado (Anexo

Suspensão do contrato em questão traria danos irreparáveis à população municipal, pois serviços essenciais seriam paralisados. A contratação de motoristas decorre da necessidade de se manter a continuidade das atividades essenciais ao desempenho da **Secretaria de Saúde, do Pronto Atendimento Municipal (PAM), Transporte Sanitário e Administrativo**, em razão destes órgãos não disporem de quadro permanente suficiente para o desempenho da função de motorista. No Pronto Atendimento Municipal - PAM é necessário que haja a disponibilização aos usuários dos serviços de saúde municipal de veículos e motoristas, dependendo desse serviço contratado;

Além da área de saúde, a contratação dos operadores de máquina visa atender a demanda diária prevista no **Programa Desenvolvimento da Agropecuária, Agricultura e Pesca do município**. Com o crescimento das demandas relativas aos serviços de transporte, a Prefeitura adquiriu novas máquinas e veículos, ampliando a sua frota, para atender os produtores rurais, buscando recuperar e melhorar as condições de produção do município, que sofreu muito nos três primeiros meses de 2014, com um período de seca e prolongada e excepcional estiagem, que impactou diretamente a economia do município.

Por meio do **Programa Olho D'água**, a administração municipal visa a preservação das nascentes, sendo necessária a utilização dos serviços de operadores de máquinas. Se suspenso o contrato, o Programa seria paralisado causando danos irreparáveis aos produtores rurais e prejuízo ao município.

**Relatório.**

O Edital Pregão Eletrônico 030/2014 teve por objeto a contratação de 12 motoristas para atender à Secretaria de Saúde (Pronto Atendimento Municipal - PAM e Transporte Sanitário Complementar) e 20 operadores de máquina para atender à Secretaria de Agricultura e Pesca.

Verifico que às fls. 755 (anexo IV) consta Ata datada de 22/01/2015, divulgando o resultado do Pregão Eletrônico 030/2014, declarando vencedora a empresa Multilimpe Conservadora de Serviços Ltda - EPP, com proposta no valor de R\$ 2.407.922,40. O resultado foi homologado em 29/01/2015, conforme documentos às fls. 762/764. Consta às fls. 819/931 (vol. IV e V) relatório de atendimentos realizados a agropecuaristas com as máquinas da Prefeitura, dentro dos programas mencionados acima.

As fls. 932 consta ofício do Secretário Municipal de Saúde requerendo à Prefeitura Municipal a adoção de todas as medidas necessárias a fim de garantir a continuidade do serviço de transporte de pacientes, evitando paralisação dos serviços de atendimento essenciais à saúde.

Por outro lado, as informações constantes dos autos indicam que o **valor contratado (R\$ 2.407.922,40) foi bem abaixo da proposta inicial da empresa vencedora, que era R\$ 3.020.578,00**. Isto posto, em face das informações trazidas pelas representadas, verifico estar caracterizado o **periculum in mora inverso (reverso)**. A suspensão da execução contratual neste momento pode representar um prejuízo muito maior ao interesse público do que a suposta contratação antieconômica, decorrente de possível desclassificação irregular da licitante que apresentou o melhor preço.

## VOTO

Ante o exposto, com fundamento no art. 128 da Lei Complementar n. 621/2012, **VOTO** por:

1. **REVOGAR** a medida cautelar deferida pela **Decisão Monocrática Preliminar 1155/2015**, devidamente referendada pelo Plenário desta Corte em 14/07/2015, por meio da **Decisão TC 4518/2015**;
  2. **CONVERTER** o feito ao rito ordinário;
  3. **NOTIFICAR** as representadas, com base no art. 358, III, do Regimento Interno para que apresente empresa MULTILIMPE CONSERVADORA TCE/RJ, vos, como também comprovante dos prazo de 05 dias.
  4. **REMETER** os autos à área técnica, 302.688-2/19
  5. **CIENTIFIQUE-SE** o representante. Mat.: LAA 3140 FLS.10
- A **SGS**, para **NOTIFICAR** as representadas, com a urgência que o caso requer.

Em 24 de julho de 2015.

**MÁRCIA JACCOUD FREITAS**  
Conselheira Relatora em substituição

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

#### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo TC nº 6711/2015

Em cumprimento ao art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o Excelentíssimo Senhor Presidente do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, torna público que nos autos do Processo TC nº 6711/2015, **RATIFICOU** a contratação direta do instrutor externo **Henrique Ferreira Souza Carneiro**, para ministrar o curso: "**Contabilidade Aplicada ao Setor Público**", a ser realizado no período de 05 a 09 de outubro de 2015, com a participação de 35 (trinta e cinco) servidores deste Tribunal, no valor de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) e no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais), referentes aos encargos tributários, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei 8.666/93.

Vitória-ES, 23 de julho de 2015.

**CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**  
Presidente

### PORTARIA N.º 055, de 15 de julho de 2015.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13, incisos IV e XX da Lei Complementar nº 621, de 8 de março de 2012, c/c do Artigo 249, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Instaurar procedimento de Sindicância para, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Sindicância do TCEES, apurar os fatos narrados no Processo TC nº 6858/2015.

**Art. 2º** O prazo para apresentação de suas conclusões é de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado a pedido devidamente fundamentado.

**Art. 3º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**  
Presidente

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2013

Processo TC-2468/2013

**CONTRATANTE:** Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.  
**CONTRATADA:** Hewlett-Packard Brasil Ltda.

**OBJETO:** Prorrogação do prazo e alteração do valor do contrato nº 008/2013, cujo teor versa sobre a prestação de serviços de suporte de HARDWARE E SOFTWARE em servidores de rede e armazenagem de dados da marca Hewlett-Packard, com reposição de peças.  
**Vigência:** 12 (doze) meses, a contar de 19/07/2015.

**VALOR MENSAL:** R\$ 5.167,93 (cinco mil cento e sessenta e sete reais e noventa e três centavos).

**VALOR TOTAL:** R\$ 62.015,16 (sessenta e dois mil e quinze reais e dezesseis centavos).

Vitória, 07 de julho de 2015.

**CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**  
Presidente



## Nota de Empenho

TC: 6311/15  
FLS.: 98

## Identificação

Unidade Gestora 020101 - TRIBUNAL DE CONTAS	Número do Documento 2015NE00994	Data de Emissão 27/07/15
Credor 00496829114 - HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO	Valor 19.000,00 (Dezenove mil reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

## Classificação

Nota de Reserva	2015NR00750
Programa de trabalho	10.02.101.01.128. 0540. 2011 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TCEES
Microrregião	00 - ESTADO
Município	Não informado
Emenda Parlamentar	0000 / E0000
Id. uso	0 - RECURSOS NÃO DESTINADOS À CONTRAPARTIDA
Fonte	101 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Detalhamento de Fonte	000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Natureza	339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Ano Orçamentário	000001 - Não Definido
Convênio Recebido	000000 - Convênio não identificado
Convênio Concedido	000000 - Convênio não identificado

## Detalhamento

Modalidade do empenho Ordinário	Tipo de Licitação 07 - INEXIGÍVEL	Embasamento Legal Lei nº 8.666/1993 - Art. 25 - Inciso
Origem de Material 1 - Origem nacional	Data de Entrega 27/07/2015	Local de Entrega TRIBUNAL DE CONTAS
Processo 67112015	UF Espírito Santo	Município Vitória

## Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Valor
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	28 - SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	19.000,00

## Cronograma

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	0,00	Julho	19.000,00	Novembro	0,00
Abril	0,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

## Saldo Dotação

Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
19.000,00	19.000,00	0,00

## Observação

CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA MINISTRAR CURSO "CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - 05 A 09/10 - PARA SERVIDORES DESTE TRIBUNAL.
---

## Produtos

Produto	Quantidade	Und: Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
TREINAMENTO	1	UNIDADE	19.000,00	19.000,00

73520748720 - DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER  
ordenador de despesas01739318714 - JOSE CLAUDIO DEL PUPO  
Gerência OF

Emitido/contabilizado por Margareth Mara Firme Figueira em 27/07/15 às 13:38.

Impresso por Margareth Mara Firme Figueira em 27/07/15 às 13:38.



## Nota de Empenho

TC: 6711/15  
FLS.: 99  
2

## Identificação

Unidade Gestora 020101 - TRIBUNAL DE CONTAS	Número do Documento 2015NE00995	Data de Emissão 27/07/15
Credor 29979036005703 - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL	Valor 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

## Classificação

Nota de Reserva	2015NR00751	
Programa de trabalho	10.02.101.01.128. 0540. 2011 - CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TCEES	
Microrregião	00 - ESTADO	
Município	Não informado	FCE/RJ
Emenda Parlamentar	0000 / E0000	PROCESSO Nº
Id. uso	0 - RECURSOS NÃO DESTINADOS À CONTRAPARTIDA	302. 688-2/19
Fonte	101 - RECURSOS ORDINÁRIOS	
Detalhamento de Fonte	000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS	Mat.: LAA 3140 FLS.11
Natureza	339047 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
Ano Orçamentário	000001 - Não Definido	
Convênio Recebido	000000 - Convênio não identificado	
Convênio Concedido	000000 - Convênio não identificado	

## Detalhamento

Modalidade do empenho	Tipo de Licitação	Embasamento Legal
Ordinário	07 - INEXIGÍVEL	Lei nº 8.666/1993 - Art. 25 - Inciso
Origem de Material	Data de Entrega	Local de Entrega
1 - Origem nacional	27/07/2015	TRIBUNAL DE CONTAS
Processo	UF	Município
67112015	Espírito Santo	Vitória

## Itens

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Valor
Obrigações Tributárias e Contributivas	18 - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	3.800,00

## Cronograma

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	0,00	Julho	3.800,00	Novembro	0,00
Abril	0,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

## Saldo Dotação

Saldo Anterior	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
3.800,00	3.800,00	0,00

## Observação

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS.

## Produtos

Produto	Quantidade	Und. Forneç.	Preço Unitário	Preço Total
CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	1	UNIDADE	3.800,00	3.800,00

73520748720 - DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER  
ordenador de despesas01739318714 - JOSE CLAUDIO DEL PUPO  
Gerência OF

Emitido/contabilizado por Margareth Mara Firme Figueira em 27/07/15 às 13:42.

Impresso por Margareth Mara Firme Figueira em 27/07/15 às 13:42.



# **ATOS DA PRESID**

Mat.: LAA 3140 FLS.12

## **PORTARIA 164-P DE 25 DE JULHO DE 2017**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 13, Inciso IV, da Lei Complementar Estadual 621, de 8 de março de 2012, e tendo em vista o que consta no caderno processual TC-3341/1997,

### **RESOLVE:**

conceder ao servidor **JAILSON FERREIRA MODESTO**, matrícula nº 202.769, ocupante do cargo em comissão de consultor de finanças públicas, **Adicional de Assiduidade de 2%** (dois por cento) de acordo com o art. 108 da Lei Complementar Estadual 46/1994, com redação dada pela Lei Complementar Estadual 141/1999, referente ao decênio de 23/6/2007 a 22/6/2017, a contar de 23/6/2017.

**SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Conselheiro-presidente

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO**

**CARTA CONVITE Nº 01/2017**

**PROCESSO TC-1554/2017**

**CONSELHEIRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, constatada a regularidade dos atos procedimentais e com fundamento no disposto no **Inciso VI**, do art. 43º, da Lei nº 8666/93, resolve **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório, **CONVITE Nº 01/2017**, destinado à contratação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte especializada na prestação de serviços de elétricos em baixa tensão para segmentação dos circuitos de iluminação de salas, execução de ajustes no quadro elétrico principal de ar condicionado e substituição do ramal principal de alimentação dos quadros secundários de condicionadores de ar do Auditório do TCEES, conforme especificação do Projeto Básico, anexo I do edital. Sagrou-se vencedora a empresa **L.A. MONJARDIM CONSTRUTORA EIRELI-ME**.

Valor Global: R\$ 22.420,76 (vinte e dois mil quatrocentos e vinte reais e setenta e seis centavos).

Em 26 de julho de 2017.

**CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Presidente

**Contrato nº 025/2017**

**Processo TC-2858/2017**

**CONTRATANTE:** Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

**CONTRATADA:** Valves Comunicação Ltda. - ME

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em monitoramento diário de mídias para o fornecimento de clipping eletrônico de conteúdos de interesse do TCE-ES veiculados pelas mídias capixabas eletrônicas e impressas.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 41.760,00 (quarenta e um mil, setecentos e sessenta reais).

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar do dia seguinte da publicação.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Ação: 2017

Elemento de Despesa: 3.3.90.39

Vitória, 27 de julho de 2017.

**Conselheiro SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Presidente

## **Segundo Termo Aditivo**

**ato nº 007/2017**

**Processo TC-13358/2015**

**CONTRATANTE:** Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo  
**CONTRATADA:** Cascopel Atacado Distribuidor Ltda. - EPP  
**OBJETO:** alteração quantitativa do objeto contratado equivalente ao acréscimo de 23,61% (vinte e três inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao valor original do Contrato nº 007/2017, que versa sobre a aquisição de material de expediente e informático por demanda, para o exercício de 2017, conforme especificado no Anexo I deste instrumento.

Vitória, 27 de julho de 2017.

**Conselheiro SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Presidente

**Contrato nº 026/2017**

**Processo TC-4159/2017**

**CONTRATANTE:** Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

**CONTRATADO:** Henrique Ferreira Souza Carneiro

**OBJETO:** Contratação de Projeto de treinamento visando implementar a Auditoria Financeira no âmbito do TCEES.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

**VIGÊNCIA:** até 31 de dezembro de 2017.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Ação: 2011

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 e 3.3.90.47.

Vitória, 27 de julho de 2017.

**Conselheiro SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Presidente

# **ATOS DA SECRETARIA GERAL DAS SESSÕES**

## **NOTIFICAÇÃO**

- **PROCESSO:** TC 5163/2016

**JURISDICIONADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES

**ASSUNTO:** FISCALIZAÇÃO - DENÚNCIA

**RESPONSÁVEL:** JANDER NUNES VIDAL

Fica o Senhor **JORGE ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA** (Denunciante), NOTIFICADO do Acórdão TC 417/2017 - Plenário (Processo TC 5163/2016), disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES no dia 19 de junho de 2017, que não conheceu a Denúncia, arquivando-se os autos.

**Odilson Souza Barbosa Junior**

Secretário Geral das Sessões

## **NOTIFICAÇÃO**

- **PROCESSO:** TC 12524/2014 (APENSOS: TC 12519/2014)

**JURISDICIONADO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARATAÍZES

**ASSUNTO:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

**RESPONSÁVEIS:** CADERODE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA., ERIMAR DA SILVA LESQUEVES, IVETE BATISTA DA SILVA, MARIA DA PENHA SILVA LOUBACK E ROBERTINO BATISTA DA SILVA.

**ADVOGADOS:** ALESSANDRO MAMBRINI (OAB/RS 43.037), MANOEL CARLOS MANHÃES COSTA (OAB/ES 6.132), FELIPE OSÓRIO DOS SANTOS (OAB/ES 6.381), GEDSON BARRETO DE VICTA RODRIGUES (OAB/ES 17.274), ROBERTINO BATISTA DA SILVA JÚNIOR (OAB/ES 22.502) E THIAGO PIÉROTE (OAB/ES 14.845).

Fica o Senhor **FRANCISCO PEREIRA BRANDÃO** (Representante), NOTIFICADO do Acórdão TC 650/2017 - Plenário (Processo TC 12524/2014 - Tomada de Contas Especial convertida de Representação), disponibilizado no Diário Oficial Eletrônico do TCEES no dia 10 de julho de 2017.

**ODILSON SOUZA BARBOSA JUNIOR**

Secretário Geral das Sessões

**TCE-ES**  
**Visão**

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

**CONTRATO N° 026/2017**

Contrato que entre si celebram o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - TCEES** e o **SR. HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO** na qualidade de **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua José Alexandre Buaiz, nº 157, Enseada do Suá, Vitória-ES, inscrito no CNPJ nº 28.483.014/0001-22, neste ato representado por seu Conselheiro Presidente, Exmo. Sr. **SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, o **SR. HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO**, Servidor Público Federal, inscrito no CPF nº 004.968.291-14, Carteira de Identidade nº 2.343-177 - SSP/DF, domiciliado a SQS, nº 414, Bloco F, apto 103, Asa Sul, Brasília/DF, CEP nº 70.297-060, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo TC nº 4159/2017, celebram o presente **CONTRATO**, nos termos do artigo 25, inciso II e §1º c/c artigo 13, inciso VI da Lei nº 8.666/1993, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto deste instrumento a contratação de projeto de treinamento visando implementar a "Auditoria Financeira" no âmbito do TCEES, nos termos do Projeto Básico constante nos autos.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 - Fazem parte integrante deste Contrato todos os documentos e instruções que compõem o Processo TC nº 4159/2017, completando-o para todos os fins de direito, independente de sua transcrição, obrigando-se as partes em todos os seus termos.



### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 - As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da Ação 2011, Elementos de Despesa 3.3.90.36 e 3.3.90.47 do orçamento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

4.1 - O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017;

4.2 - O início da vigência ocorrerá na data de assinatura do contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO DE USO DE MATERIAIS**

5.1 - O CONTRATADO cede os direitos de cessão de uso incidentes sobre os materiais que forem desenvolvidos, exclusivamente para atender às necessidades do CONTRATANTE, em conformidade com o art. 111 da Lei nº 8.666/1993, para utilização permanente e sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR**

6.1 - O valor global do Contrato corresponde a R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), distribuídos conforme as etapas abaixo:

6.1.1 - Etapa I - análise das necessidades do CONTRATANTE e elaboração de papéis de trabalhos personalizados para documentação da Auditoria Financeira, no total de 28 (vinte e oito) horas: R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais);

6.1.2 - Etapa II - realização de curso presencial com carga horária total de 40 (quarenta) horas: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais);

6.1.3 - Etapa III - acompanhamento e eventuais ajustes na implementação da metodologia, no total de 12 (doze) horas: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais);

6.2 - No valor contratado já estão incluídos todos os custos de elaboração e cessão de direito de uso da documentação técnica, metodológica e material didático;

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. It appears to be a stylized name, possibly 'A. B. C.', with a large initial 'A'.



## CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - Os pagamentos serão efetuados segundo as disposições abaixo:

7.1.1 - Etapa I - valor de R\$ 18.200,00 (dezoito mil e duzentos reais), a serem pagos no dia 31 de julho de 2017;

7.1.2 - Etapa II - valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), a serem pagos após a realização da capacitação;

7.1.3 - Etapa III - valor de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), a serem pagos no dia 04 de setembro de 2017.

7.2 - Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento ao CONTRATANTE de RPA - Recibo de Pagamento ao Autônomo, sem emendas ou rasuras, assim como os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. A documentação depois de conferida e visada será encaminhada para processamento e pagamento nos prazos estabelecidos acima;

7.2.1 - Após o prazo de pagamento, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M. = V.P. \times \frac{0,33}{100} \times N.D.$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira;

V.P. = Valor da parcela.

N.D. = Número de dias em atraso.

7.3 - Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos ao CONTRATADO para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova documentação, devidamente corrigida;

7.4 - O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pelo CONTRATADO, em decorrência de inadimplemento contratual;

7.5 - Somente após haver sanado as falhas e/ou irregularidades apontadas, o CONTRATADO será considerado apto para o recebimento do pagamento correspondente;

7.6 - Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, no Banco do Brasil (001), Agência nº 48836, Conta Corrente nº 5250-7, ficando o CONTRATADO responsável por avisar qualquer alteração das informações bancárias;

7.7 - O CONTRATANTE efetuará os descontos de natureza previdenciária e tributária cabíveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1 - A prestação dos serviços está estruturada, conforme abaixo:

8.1.1 - A primeira etapa, prévia à realização do curso presencial, abrangerá as seguintes ações:

8.1.1.1 - Análise das necessidades do CONTRATANTE para implantação da Auditoria Financeira;

8.1.1.2 - Elaboração de papéis de trabalhos personalizados para documentação da Auditoria Financeira, conforme as previsões do Projeto Básico.

8.1.2 - A segunda etapa envolverá a realização de curso presencial de Auditoria Financeira, conforme as previsões do Projeto Básico;

8.1.3 - A terceira etapa envolverá o acompanhamento e eventuais ajustes na implementação da metodologia da Auditoria Financeira no âmbito do CONTRATANTE, conforme as previsões do Projeto Básico.

8.2 - Os serviços serão prestados no edifício sede do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

8.3 - Fica estabelecida a forma de execução indireta no regime de empreitada por preço global, nos termos do art. 10, Inc. II, "a" da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A execução deste Contrato será acompanhada por servidor previamente designado pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, que deverá atestar a realização dos serviços contratados, para cumprimento das previsões dos artigos 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964;



9.2 - O Fiscal anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços em registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos deste Contrato;

9.3 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

9.4 - A presença da fiscalização durante a execução do contrato não diminuirá a responsabilidade do CONTRATADO em qualquer ocorrência, atos, erros e/ou omissões verificadas no desenvolvimento da contratação;

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

##### 10.1 - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1 - Cumprir e fazer cumprir todas as disposições contidas neste Contrato;

10.1.2 - Disponibilizar o local e os equipamentos necessários para a realização do curso (projektor, passador de slides, notebooks para cada participante, etc.);

10.1.3 - Disponibilizar todo o material necessário para o desenvolvimento dos papéis de trabalho;

10.1.4 - Emitir as passagens aéreas necessárias para o deslocamento do CONTRATADO, assim como assumir todas as despesas com hospedagem, alimentação e traslados;

10.1.5 - Reproduzir todo o material didático;

10.1.6 - Fornecer para cada servidor participante do curso o material didático elaborado e desenvolvido pelo CONTRATADO;

10.1.7 - Controlar inscrições e frequência dos participantes;

10.1.8 - Designar servidor para fiscalizar e acompanhar os serviços do objeto contratual;

10.1.9 - Fornecer e colocar a disposição do CONTRATADO todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao cumprimento deste Contrato;

10.1.10 - Fornecer apoio administrativo e logístico, no local, durante a realização das atividades previstas

10.1.11 - Notificar ao CONTRATADO, formal e tempestivamente, todas as irregularidades porventura observadas no decorrer deste Contrato;

10.1.12 - Realizar avaliação de reação no final do treinamento;

10.1.13 - Cumprir junto ao CONTRATADO todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos em decorrência da contratação.

**10.2 - Constituem obrigações do CONTRATADO**

10.2.1 - Manter, durante toda a execução do Contrato compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no momento da contratação;

10.2.2 - Elaborar, previamente, os papéis de trabalho de acordo com a estrutura contábil e a realidade do Estado do Espírito Santo e disponibilizá-los para uso dos participantes, durante e após o treinamento;

10.2.3 - Ministrar o curso nos dias, local e horários definidos pelo CONTRATANTE, esclarecendo dúvidas e eventuais questionamentos sobre o tema, durante os exercícios de implantação da metodologia;

10.2.4 - Não substituir sob qualquer hipótese o instrutor do curso;

10.2.5 - Ministrar todo o conteúdo programático proposto;

10.2.6 - Cumprir quaisquer ônus ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária;

10.2.7 - Arcar com todos os tributos, encargos sociais e previdenciários, recursos materiais, seguros de qualquer natureza, despesas administrativas e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto deste Contrato;

10.2.8 - Assumir responsabilidade civil, administrativa e penal decorrente de danos e prejuízos materiais ou pessoais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

10.2.9 - Atender prontamente todas as solicitações do CONTRATANTE previstas neste Contrato, no Projeto Básico e proposta apresentada pelo CONTRATADO;





10.2.10 - Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, com relação aos serviços objeto deste Contrato;

10.2.11 - Manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos do CONTRATANTE de que venha a ter conhecimento; não podendo veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato sem a prévia autorização do TCEES.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

11.1 - O CONTRATADO deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para prestação dos serviços, sujeitando-se às penalidades constantes no artigo 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:

11.1.1 - Advertência, para as infrações contratuais de pequena relevância e que não causem prejuízo para o CONTRATANTE;

11.1.2 - Multas, conforme abaixo:

11.1.2.1 - 1% (um por cento) por dia, limitado a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado para a execução dos serviços, que será calculada pela fórmula  $M = 0,01 \times C \times D$ . Tendo como correspondente: M = valor da multa, C = valor da obrigação e D = número de dias em atraso;

11.1.2.2 - 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pela recusa em prestar os serviços previstos neste Contrato.

11.1.3 - Suspensão do direito de contratar com o CONTRATANTE pelo período de até 02 (dois) anos, no caso de descumprimento reiterado das obrigações contratuais.

11.2 - Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados, após encerrada a etapa do contraditório e ampla defesa, dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE;

11.3 - Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;



11.4 - A aplicação da multa não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o Contrato ou por qualquer motivo elencados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

11.5 - A penalidade de multa poderá ser aplicada ao CONTRATADO juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com o CONTRATANTE;

11.6 - O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

11.7 - As sanções administrativas somente serão aplicadas pelo CONTRATANTE após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

11.8 - A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, bem como a aplicação das multas e penalidades previstas neste instrumento.

12.2 - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

I - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos, ou prazos;

II - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III - A lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da prestação dos serviços, nos prazos estipulados;

IV - O atraso injustificado no início do cumprimento deste Contrato;





V - A subcontratação total do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993;

VIII - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

IX - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

12.2.1. A decisão da autoridade competente, relativa à rescisão do Contrato, deverá ser precedida de justificativa fundada, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

12.3. - A rescisão do Contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a VIII do item 12.2;

II - Consensual, por acordo entre as partes e reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação;

12.3.1 - A rescisão administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pelo Conselheiro-Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

13.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente através de Termo Aditivo ou Termo de Apostilamento, que a este Contrato se aderirá.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

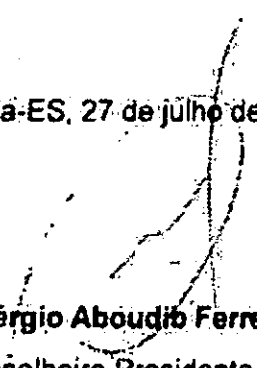
14.1 - O presente Contrato será publicado em resumo, no **Diário Oficial Eletrônico** do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo dando-se cumprimento ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.686/1993.

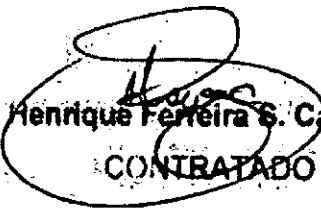
**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Fica eleito o foro da cidade de Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme.

Vitória-ES, 27 de julho de 2017.

  
**Sérgio Aboudio Ferreira Pinto**  
Conselheiro Presidente do TCEES  
CONTRATANTE

  
**Henrique Ferreira S. Carneiro**  
CONTRATADO

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Secretaria de Macroavaliação Governamental

Art 3º Para viabilizar a execução dos trabalhos, serão autorizadas as despesas nas formas constantes do anexo a esta Portaria.

*Assinado Eletronicamente*

RENATO LIMA CAVALCANTE

Secretario-Substituto

Anexo à Portaria de Fiscalização - Semag nº 1156, de 26 de outubro de 2017

Portaria-TCU nº 308, de 6 de novembro de 2015

Nome	Cargo/Função	Data Saída	Data Retorno	Qtde. Diárias	Valor Unit. (R\$)	Adic. Emb/Des (R\$)	Desc. Aux. Alim. (R\$)	Total (R\$)
Alessandra Pereira de Melo	AUFC-Control Externo	22/11/2017	24/11/2017	3	375,00	0,00	0,00	1.125,00

Autorização para emissão de passagem

Nome	Roteiro	Tipo	Reserva	Data da Partida	Data do Retorno
Alessandra Pereira de Melo	Brasília - Curitiba			22/11/2017	24/11/2017

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Secretaria de Macroavaliação Governamental

Portaria de Fiscalização - Semag nº 1156, de 26 de outubro de 2017

## Fases Execução e Relatório

O Secretário-Substituto de Macroavaliação Governamental, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria Financeira, Registro Fiscalis nº 366/2017, nos seguintes órgãos: Fundo do Regime Geral de Previdência Social, Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Fundo de Amparo ao Trabalhador, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 23/10/2017 a 30/04/2018, com o objetivo de verificar se as demonstrações financeiras consolidadas refletem, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário da União de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas contábeis aplicáveis. A auditoria é decorrente do Acórdão nº 1793/2017 - Plenário (TC 012.351/2017-2).

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Período
10189-3	Alessandra Pereira de Melo (coordenadora)	AUFC	Semag	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018
5047-4	Cleber Silva Campos	AUFC	Semec	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018
5525-5	Gilberto Souza Nogueira	AUFC	Sefli	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018
10224-5	Henrique Ferreira Souza Carneiro	AUFC	Semag	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018
5068-7	Lúcio Flavio Ferraz	AUFC	Adgedam	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018
6601-0	Rodrigo Garcia de Freitas	AUFC	SecexAdministração	23/10/2017 a 16/03/2018 e 19/03/2018 a 30/04/2018

Art. 2º O trabalho será supervisionado pelo AUFC Henrique Ferreira Souza Carneiro, Especialista Sênior II, Dipec, e deverá observar o seguinte cronograma:

Fase do Trabalho	Período	Duração
Execução	23/10/2017 a 16/03/2018	102 dias úteis
Elaboração do Relatório	19/03/2018 a 30/04/2018	31 dias úteis



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**  
Secretaria de Macroavaliação Governamental

Portaria de Fiscalização - Semag nº 994, de 25 de setembro de 2017  
Fase Planejamento

O Secretário de Macroavaliação Governamental, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria/ Financeira, Registro Fiscalis nº 366/2017, nos seguintes órgãos: Fundo do Regime Geral de Previdência Social, Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Fundo de Amparo ao Trabalhador, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 04/09/2017 a 20/10/2017, com o objetivo de Verificar se as demonstrações financeiras consolidadas refletem, em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário da União de acordo com a Lei nº 4.320/64, a Lei de Responsabilidade Fiscal e demais normas contábeis aplicáveis. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 1793/2017 - Plenário (TC12351/2017-2).

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Período
10189-3	Alessandra Pereira de Melo (coordenadora)	AUFC	Semag	04/09/2017 a 20/10/2017
5047-4	Cleber Silva Campos	AUFC	Semec	04/09/2017 a 20/10/2017
5525-5	Gilberto Souza Nogueira	AUFC	Sefli	04/09/2017 a 20/10/2017
5068-7	Lúcio Flavio Ferraz	AUFC	Adgedam	04/09/2017 a 20/10/2017
10193-1	Rafael Oliveira Kuhn	AUFC	SeinfraRodoviaAviação	04/09/2017 a 20/10/2017
6601-0	Rodrigo Garcia de Freitas	AUFC	SecexAdministração	25/09/2017 a 20/10/2017

Art. 2º O trabalho será supervisionado por AUFC Henrique Ferreira Souza Carneiro, Especialista Sênior II, Dipec, e deverá observar o seguinte cronograma:

Fase do Trabalho	Período	Duração
Planejamento	04/09/2017 a 20/10/2017	33 dias úteis

Leonardo Rodrigues Albernaz  
Secretário de Macroavaliação Governamental

Tribunal de Contas da União  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Macroavaliação Governamental

302.688-2/19

Mat.: LAA 3140 FLS.21

## PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/FASE PLANEJAMENTO Nº 1245, DE 31 DE OUTUBRO DE 2016

O Secretário de Macroavaliação Governamental, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria Financeira, Registro Fiscalis nº 462/2016, nos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda (Vinculador), Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Defesa (Vinculador) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 17/10/2016 a 30/11/2016, com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras da União referente ao exercício 2016 para subsidiar o Parecer Prévio sobre as contas do Presidente.. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 41/2016 - Plenário (TC35909/2015-3).

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Período
10224-5	Henrique Ferreira Souza Carneiro (coordenador)	AUFC	Semec	17/10/2016 a 30/11/2016
10189-3	Alessandra Pereira de Melo	AUFC	SEMAG	17/10/2016 a 30/11/2016
3853-9	Marcelo Cardoso Soares	AUFC	SecexAmb	17/10/2016 a 29/11/2016
5920-0	Patricia Carone Figueira Falcão	AUFC	SEMAG	01/11/2016 a 30/11/2016

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Aufc Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor, Diretoria de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal, e deverá observar o seguinte cronograma:

Fase do Trabalho	Período	Duração
Planejamento	17/10/2016 a 30/11/2016	30 dias úteis

ALESSANDRO AURELIO CALDEIRA  
Secretário, em substituição

Tribunal de Contas da União  
Secretaria-Geral de Controle Externo  
Secretaria de Macroavaliação Governamental

302.688-2/19

Mat.: LAA 3140 FLS.22

PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO/FASES EXECUÇÃO E RELATÓRIO Nº 1368, DE 28 DE  
NOVEMBRO DE 2016

O Secretário de Macroavaliação Governamental, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para realizar Auditoria Financeira, Registro Fiscalis nº 462/2016, nos seguintes órgãos: Ministério da Fazenda (Vinculador), Secretaria do Patrimônio da União, Secretaria de Tesouro Nacional, Ministério da Defesa (Vinculador) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, no período de 01/12/2016 a 30/04/2017, com o objetivo de Emitir opinião sobre as demonstrações financeiras da União referente ao exercício 2016 para subsidiar o Parecer Prévio sobre as contas do Presidente.. A Auditoria é decorrente do Acórdão nº 41/2016 - Plenário (TC35909/2015-3).

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação	Período
10224-5	Henrique Ferreira Souza Carneiro (coordenador)	AUFC	Semec	01/12/2016 a 17/03/2017 e 20/03/2017 a 30/04/2017
10189-3	Alessandra Pereira de Melo	AUFC	SEMAG	01/12/2016 a 17/03/2017 e 20/03/2017 a 30/04/2017
3853-9	Marcelo Cardoso Soares	AUFC	SecexAmb	17/01/2017 a 17/03/2017 e 20/03/2017 a 30/04/2017
6601-0	Rodrigo Garcia de Freitas	AUFC	SecexAdmin	01/12/2016 a 17/03/2017 e 20/03/2017 a 30/04/2017

Art. 2º O trabalho será supervisionado por Aulc Alessandro Aurélio Caldeira, Diretor, Diretoria de Fiscalização da Dívida Pública, da Política Econômica e da Contabilidade Federal, e deverá observar o seguinte cronograma:

Fase do Trabalho	Período	Duração
Execução	01/12/2016 a 17/03/2017	77 dias úteis
Elaboração do Relatório	20/03/2017 a 30/04/2017	30 dias úteis



Tribunal de Contas da União

Secretaria-Geral de Controle Externo

Secretaria de Macroavaliação Governamental

Leonardo Rodrigues Albernaz

Secretário de Macroavaliação Governamental

Mat.: LAA 3140 FLS.23

Objeto: Contratação da professora Karla da Silva Costa Batista, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 012.746.966-40, para ministrar a disciplina "Análise de Políticas Macroeconômicas", no curso de pós-graduação em Finanças Públicas, ofertado pelo Tribunal. Despacho de Sua Excelência o Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais datado de 29/07/2019: "Em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação n. 15/2019 para contratação da professora Karla da Silva Costa Batista, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 012.746.966-40, com fulcro no disposto no inciso II e §1º do artigo 25 c/c inciso VI do art. 13, ambos da Lei nº 8.666/93 para ministrar a disciplina "Análise de Políticas Macroeconômicas", no curso de pós-graduação em Finanças Públicas, ofertado pelo Tribunal, pelo valor total de R\$7.637,32 (sete mil seiscentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos), sendo R\$6.364,44 (seis mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para a professora e R\$1.272,88 (um mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e oito centavos) referente à contribuição patronal do INSS (20%)". Belo Horizonte, 30 de julho de 2019. (a) Coordenadoria de Aquisição de Bens e Serviços.

**PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 16/2019  
TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Objeto: Contratação do professor Henrique Ferreira Souza Carneiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 004.968.291-14, para ministrar o curso de Auditoria Financeira do Setor Público que será realizado nas dependências da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo. Despacho de Sua Excelência o Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais datado de 29/07/2019: "Em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação nº 16/2019 para contratação do professor Henrique Ferreira Souza Carneiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 004.968.291-14, com fulcro no disposto no inciso II e §1º do artigo 25 c/c inciso VI do art. 13, ambos da Lei nº 8.666/93 para ministrar o curso de Auditoria Financeira do Setor Público que será realizado nas dependências da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, no período de 06 a 09 de agosto de 2019, no horário de 8:00 às 12:00 h e de 13:00 às 17:00 h, para uma turma com capacidade máxima de até 35 alunos e carga

horária ~~(de 32)~~ (horas-aula), pelo valor total de R\$24.840,00 (vinte e quatro mil oitocentos e quarenta reais), sendo R\$20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) para o professor e R\$4.140,00 (quatro mil cento e quarenta reais) referente à contribuição patronal do INSS (20%)". Belo Horizonte, 30 de julho de 2019. (a) Coordenadoria de Aquisição de Bens e Serviços.

**Coordenadoria de Gestão de  
Suprimentos**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

5º Termo Aditivo ao **CONTRATO N. 028/2015**, firmado com a **LNX TRAVEL VIAGENS E TURISMO EIRELLI - ME**.

Objeto: prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses, a contar de 24/11/2019.

Data da assinatura: 29/07/2019

Valor total: R\$ 645.556,08 (seiscentos e quarenta cinco mil quinhentos e cinquenta seis reais e oito centavos).

Dotação Orçamentária:  
1021.01.122.701.2009.0001.339033.04.0.10.1.

**EXTRATO DE TERMO DE APOSTILA**

Termo de Apostila ao **CONTRATO N. 041/2017**, firmado com o **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO**.

Objeto: reajuste do valor do Contrato no percentual de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento), retroativo a 28/06/2019, tendo como base o IPCA acumulado no período de julho/2017 a junho/2018.

Data da assinatura: 29/07/2019.

Valor total do acréscimo: R\$4.583,86 (quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos).

**Ministério Público junto ao  
Tribunal de Contas**

**PROCESSOS DISTRIBUÍDOS E  
REDISTRIBUÍDOS AOS MEMBROS DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS NO DIA  
29/07/2019**

Atividade	Proposta apresentada ao TCE-RJ em 04/07/2019		Contrato firmado com TCE-ES em 27/07/2017			
	Quantidade de horas	Preço Ofertado	Quantidade de horas	Preço Pactuado	Preço Pactuado Proporcional ao nº de horas propostas ao TCE-RJ	
					Preço Proporcional sem correção	Preço Atualizado até 06/2019 (7,90519%)
Curso de Auditoria Financeira	40 horas/aula	24.000,00	40 horas/aula	22.000,00	22.000,00	23.739,14
Elaboração de Papéis de Trabalho Personalizados	40 horas	24.000,00	28 horas	18.200,00	26.000,00	28.055,35
Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos	20 horas	12.000,00	12 horas	7.800,00	13.000,00	14.027,67
<b>Preço Total</b>		<b>60.000,00</b>		<b>48.000,00</b>	<b>61.000,00</b>	<b>65.822,17</b>


RECEBUEMOS  
2019-07-27 14:00:00  
TCE-RJ  
RECEBUEMOS

A CGD PARA AVALIAÇÃO.

APÓS, A CUC EM PROSSE-

GUIMENTO.

SGA, 05/08/19.

  
LUCIO CAMILO OLIVA PEREIRA  
Secretário-Geral de Administração  
Matricula nº 0214434



**Processo :** 302.688-2/2019

**Origem :** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Setor :**

**Natureza :** PROPOSTA (INT) \*

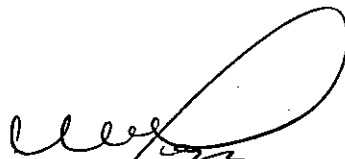
**Interessado :** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

**Observação :** CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

A CLC,

O presente processo encontra-se em condições de prosseguimento

SPI, 05/08/2019.




**GIANCARLO SILVA LACERDA**

**Chefe de Serviço**

**Matrícula 02/002937**

Eu, LUCIMAR ALVES AREAS ,  
matrícula: 02/3140 encerro a  
numeração do proc/doc nº  
302.688-2/19.

Data: 06/08/2019 Ass.: 

TRATATIVAS  
Prof. Henrique Ferreira Souza Carneiro

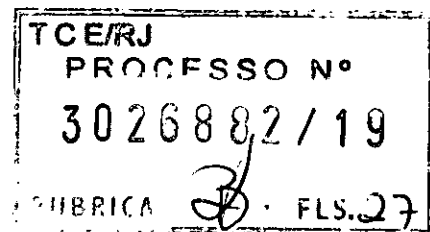
## COM - Coordenadoria Setorial de Compras

---

**De:** Henrique Ferreira Souza Carneiro <henriquefs@gmail.com>  
**Enviado em:** quarta-feira, 7 de agosto de 2019 12:46  
**Para:** COM - Coordenadoria Setorial de Compras  
**Assunto:** Re: Contratação de Consultoria para Implantação de Auditoria Financeira para o TCE-RJ

Ola Rosely. Todos os dados estão corretos.

A seguir, informo os dados bancários.  
Banco do Brasil - 004.968.291-14  
Agência 8608-8  
Conta 5250-7



Obrigado.

Em qua, 7 de ago de 2019 às 10:48, COM - Coordenadoria Setorial de Compras <com@tce.rj.gov.br> escreveu:

Prezado Prof.º Henrique, bom dia!

Conforme nosso contato telefônico, dando prosseguimento ao processo de contratação de consultoria para implantação de auditoria financeira no TCE-RJ, solicito que nos informe e/ou confirme, os itens abaixo descritos:

1 – Endereço Completo: SQS, nº 414, Bloco F, Aptº 103, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.297-060

2 - Telefones de contato: (61) 98471-6996

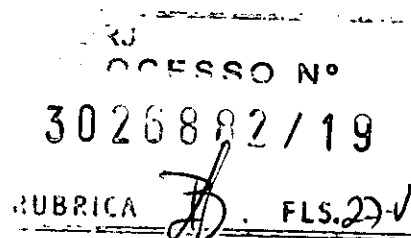
3 – Informações bancárias (nome do banco, nº agência, nº conta corrente):

Aproveito para lembrar que enviaremos, em breve, a Proposta Detalhe, para assinatura e devolução da mesma.

Sem mais para o momento, ficamos no aguardo de seu retorno.

**Atenciosamente,**





*Rosely da Silva Sayão*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE-RJ

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC

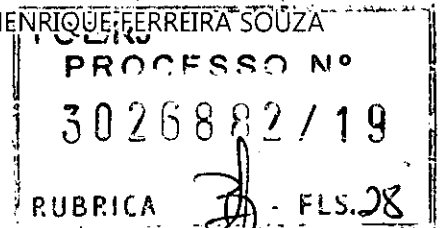
Praça da República, nº 70 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20211-351

Tel.: (21) 3231-4196 e/ou 3231-4195

--  
Henrique Souza

**Rosely da Silva Sayao**

**De:** Henrique Ferreira Souza Carneiro <henriquefs@gmail.com>  
**Enviado em:** quinta-feira, 15 de agosto de 2019 08:46  
**Para:** COM - Coordenadoria Setorial de Compras  
**Cc:** Rosely da Silva Sayao  
**Assunto:** Re: Contratação de Consultoria para Implantação de Auditoria Financeira para o TCE-RJ  
**Anexos:** MINUTA DE CONTRATO SERVIÇOS - PROF. HENRIQUE rev. SGE.pdf;  
PROPOSTA-DETALHE 075-2019 PROF. HENRIQUE FERREIRA SOUZA  
CARNEIRO v 3.pdf



Rosely,

Encaminhei os documentos assinados em e-mails separados, pois estou apenas com o celular.

Att

Henrique

Em qua, 14 de ago de 2019 às 17:37, COM - Coordenadoria Setorial de Compras <com@tce.rj.gov.br> escreveu:

Prezado Prof.º Henrique, boa tarde!

Agradeço a atenção e envio os documentos novamente, com a devida alteração solicitada.

Atenciosamente,



*Rosely da Silva Sayão*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE-RJ

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC

Praça da República, nº 70 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20211-351

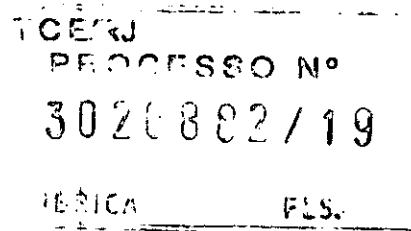
Tel.: (21) 3231-4196 ou 3231-4195

**De:** Henrique Ferreira Souza Carneiro [mailto:[henriquefs@gmail.com](mailto:henriquefs@gmail.com)]

**Enviada em:** quarta-feira, 14 de agosto de 2019 15:27

**Para:** COM - Coordenadoria Setorial de Compras

**Assunto:** Re: Contratação de Consultoria para Implantação de Auditoria Financeira para o TCE-RJ



Boa tarde Rosaly. Envio sim.

A única observação que faço, quanto a minuta do contrato, e com relação a minha qualificação como auditor do TCU. Como o serviço que será prestado não tem nenhuma relação com o órgão, pois será prestado de forma particular em meu período de férias, gostaria que retirassem a referência. Tudo bem?

Obrigado.

Em qua, 14 de ago de 2019 às 15:07, COM - Coordenadoria Setorial de Compras <[com@tce.rj.gov.br](mailto:com@tce.rj.gov.br)> escreveu:

Boa tarde Prof.º Henrique,

O senhor conseguiria, por favor, nos enviar por e-mail? Com esses documentos em cópia, eu conseguiria dar andamento ao processo e posteriormente, quando da chegada dos originais, nós substituiríamos!

Fico no aguardo do seu pronunciamento,

Atenciosamente,

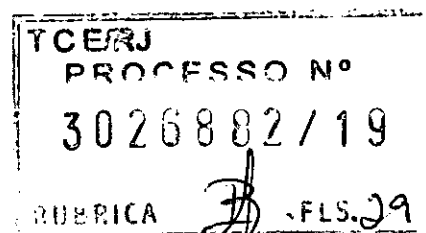


*Rosely da Silva Sayão*

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE-RJ

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC

Praça da República, nº 70 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20211-351



**De:** Henrique Ferreira Souza Carneiro [mailto:henriquefs@gmail.com]

**Enviada em:** quarta-feira, 14 de agosto de 2019 14:36

**Para:** COM - Coordenadoria Setorial de Compras

**Assunto:** Re: Contratação de Consultoria para Implantação de Auditoria Financeira para o TCE-RJ

Boa tarde Rosely.

Estou de viajando de férias. Só conseguirei enviar os documentos por correio na semana que vem. Tudo bem?

Em ter, 13 de ago de 2019 às 17:29, COM - Coordenadoria Setorial de Compras <com@tce.rj.gov.br> escreveu:

Prezado Prof.º Henrique, boa tarde!

Dando continuidade ao processo, encaminhamos, em anexo, a Proposta-Detalhe nº 075/2019 e a Minuta do Contrato, relativos a contratação de consultoria para implantação de auditoria financeira no TCE-RJ.

Solicitamos que a referida Proposta Detalhe seja impressa, assinada e rubricada nas 3 páginas, assim como a Minuta do Contrato seja rubricada em todas as páginas, para posterior ser devolução para este e-mail.

Ato contínuo, requeiro que estes Documentos, originais e assinados, sejam enviados para o endereço abaixo.

Endereço para envio dos documentos:

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC

Praça da República nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/ RJ

CEP: 20.211-351

Qualquer dúvida, estamos à disposição para dirimir qualquer dúvida.

Atenciosamente,



PROPOSTA DETALHE 075/2019

**PROPOSTA-DETALHE nº 075/2019**

01 - A presente **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** será regida pela Lei Federal nº 8.666, de 22.06.93 e demais legislações pertinentes.

02 - Penalidades:

- a) Multa moratória de 1% (um por cento) ao mês "*pro rata tempore*" que incidirá sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil, conforme o disposto no art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93;  
b) Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o PREÇO TOTAL, conforme o disposto no inciso II, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Memorando: 074/19 - SGE	Local de realização dos serviços: Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ - ECG/TCE-RJ, além dos encontros de acompanhamento realizados por vídeo conferência	Natureza da Operação Fiscal: Serviço
Nome Completo: <b>HERINQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO</b>	CPF: 004.968.291-14	
Banco: <b>BANCO DO BRASIL</b>	Agência: <b>8608-8</b>	Conta: <b>5250-7</b>
Endereço: SQS, nº 414, Bloco F, Aptº 103, Asa Sul, Brasília/DF - CEP: 70.297-060	Telefone: (61) 98471-6996	E-mail: henriquefs@gmail.com

**OBJETO:** Contratação de serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ, a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria a ser realizada por esta Corte de Contas, na forma descrita na Proposta de Treinamento e Consultoria em Auditoria Financeira, acostada às fls. 05/07 do Processo Administrativo TCE-RJ nº 302.688-2/19, a qual é parte integrante e inseparável desta Proposta-Detalhe, independentemente de transcrição, exceto com o que nela conflitar.

Item	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade hora/aula	Preço hora/aula	Preço Subtotal
1	Consultoria para Implantação da Auditoria Financeira				
1.1	Elaboração de Papéis de Trabalho Personalizados para Realização de Auditoria Financeira, com carga horária prevista de 40 horas;	Hora	40	600,00	24.000,00
1.2	Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, com carga horária prevista de 20 horas.	Hora	20	600,00	12.000,00
2	Treinamento em Auditoria Financeira, a ser realizado, com carga horária de 40 horas/aula.	Hora/aula	40	600,00	24.000,00
3	Contribuição Previdenciária Patronal a ser recolhida ao INSS pelo TCE-RJ (20% do valor dos serviços descritos).				12.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>72.000,00</b>

**PREÇO TOTAL: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).**

Do valor dos serviços será deduzida a importância devida, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte.

**PREÇO FIXO E IRREAJUSTÁVEL, INCLUINDO OS TRIBUTOS.**

Prazo de vigência da contratação: 8 (oito) meses	<b>TOTAL GERAL: R\$ 72.000,00</b>
---	-----------------------------------

*Assinatura*

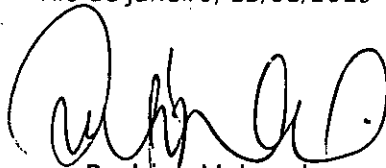
Continuação	Proposta-Detalhe nº 075/2019	R\$ 72.000,00
<b>OBSERVAÇÕES:</b> <p>1) A presente contratação será submetida à apreciação da Administração deste Tribunal para avaliação da aceitabilidade dos preços ofertados e, se for o caso, autorização da despesa em tela. <b>A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADA APÓS O RECEBIMENTO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS</b>, a ser emitido pela Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) do TCE-RJ.</p> <p>2) Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 30.051.023/0001-96, endereçados à Praça da República, nº 70, Centro - Rio de Janeiro - RJ;</p> <p>3) A documentação de cobrança, legalmente exigível deverá ser encaminhada para a Coordenadoria de Atividades Gerais (CGA) desta Corte de Contas, localizado no 5º andar do Edifício-Sede do TCE-RJ, à Praça da República, 70 - Centro - Rio de Janeiro/RJ, ou enviada para o endereço eletrônico <a href="mailto:cga@tce.rj.gov.br">cga@tce.rj.gov.br</a>;</p> <p>4) O gerenciamento e a fiscalização desta contratação caberão aos servidores a serem designados pela Coordenadoria de Atividades Gerais (CGA) e pela Secretaria Geral de Controle Externo (SGE) do TCE-RJ, respectivamente, que determinarão o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, e, nas suas faltas ou impedimentos, caberão aos seus substitutos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e dos art. 3º e 4º do Ato Normativo TCE nº 127, de 08/05/2012;</p> <p>5) <b>Forma de Pagamento:</b></p> <p>5.1 - O TCE-RJ efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente do <b>CONTRATADO</b> à medida que os serviços forem executados, na forma prevista no cronograma abaixo, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais aplicáveis à presente contratação, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação de cada documento de cobrança que for apresentado pelo <b>CONTRATADO</b>, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas nesta Proposta-Detalhe:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• R\$24.000,00 a serem pagos após entrega dos papéis de trabalho personalizados, que ocorrerá antes da capacitação;</li><li>• R\$24.000,00 a serem pagos após a realização da capacitação;</li><li>• Acompanhamento, no montante de R\$12.000,00, com pagamento dividido da seguinte forma:<ul style="list-style-type: none"><li>• R\$4.200,00 a serem pagos até o final de dezembro de 2019 (7 encontros previstos);</li><li>• R\$3.000,00 a serem pagos até o final de março de 2010 (5 encontros previstos);</li><li>• R\$4.800,00 a serem pagos após a revisão do relatório (8 horas previstas).</li></ul></li></ul>		
6) Processo Administrativo TCE-RJ nº 302.688-2/19;		
7) Anexo: Minuta do Contrato.		



Em havendo interesse, solicitamos o preenchimento das informações conforme indicado:

Atenciosamente,

Rio de Janeiro, 13/08/2019



Rodrigo Valverde  
Coordenadoria de Licitações e Contratos – CLC  
Matr.02/4651

Declaro conhecimento e submissão aos termos desta Proposta Detalhe e à minuta do Contrato, e às legislações citadas.

Brasilia 14 / 08 / 19

Localidade e data de assinatura

Texto



Assinatura

2343-177

Identidade nº

004968291-14

CPF nº



## MINUTA DO CONTRATO

**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

**CONTRATO Nº \_\_/2019**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O SENHOR HERINQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM AUDITORIA FINANCEIRA PARA AUXILIAR O TRIBUNAL A ELABORAR OS PAPÉIS DE TRABALHO PERSONALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA, BEM COMO ACOMPANHAR O PROJETO PILOTO DE IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA, DURANTE O PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Praça da República, nº 70, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 30.051.023/0001-96, doravante designado, simplesmente, de **TCE-RJ**, neste ato representado por sua Presidente, **MARIANNA MONTEBELLO WILLEMANN**, identidade n.º 079381992, órgão IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 070.782.767-10, e o Senhor **HERINQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO**, Servidor Público Federal, doravante designado, simplesmente, **CONTRATADO**, residente na SQS, nº 414, Bloco F, Aptº 103, Asa Sul, Brasília/DF – CEP: 70.297-060, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia - CPF/ME sob o nº 004.968.291-14, portador do documento de identidade nº 2343177, órgão expedidor MF/DF, em decorrência de inexigibilidade de licitação, fundada no art. 25, inciso II e §1º c/c art. 13, incisos III e VI, da Lei Federal nº 8.666/93, exarada no processo administrativo **TCE-RJ nº 302.688-2/19**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**(OBJETO)**

O **CONTRATADO** obriga-se a prestar serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – **TCE-RJ** a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria governamental a ser realizada pelo TCE-RJ.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A consultoria para implementação da auditoria financeira no TCE-RJ consistirá em assistência técnica especializada para aplicação dos padrões de auditoria estabelecidos pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), sobretudo por meio das Normas Internacionais de Auditoria Financeira (ISSAI), inclusive a análise das necessidades do TCE-RJ para implantação da Auditoria Financeira com base na metodologia de grupos (ISSAI 1600) aplicável às Contas de Governo e outras contas consolidadas, e será fornecida por meio das etapas de **elaboração de papéis de trabalho personalizados para realização de auditoria**, com carga horária prevista de 40 horas, e de **acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos**, com carga horária prevista de 20 horas, além do **treinamento em Auditoria Financeira**, com carga horária de 40 (quarenta) horas/aula, a ser ministrado pelo **CONTRATADO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A prestação dos serviços dar-se-á em conformidade com a Proposta de Treinamento e Consultoria em Auditoria Financeira, datada de 04 de julho de 2019 e na Proposta-Detalhe nº 75/2019, datada de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019, acostadas às fls. \_\_\_\_ e \_\_\_\_, respectivamente, do processo administrativo TCE-RJ nº 302.688-2/19, as quais são partes integrantes e inseparáveis deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos limites previstos no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

**(PRAZO DE VIGÊNCIA)**

O prazo de vigência da contratação será de 8 (oito) meses e começará a fluir a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao do recebimento, pelo **CONTRATADO**, do Termo de Autorização de Início dos Serviços, a ser emitido pela **Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE)** do TCE-RJ.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O prazo poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no §1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019****CLÁUSULA TERCEIRA****(PREÇO)**

O preço total deste **CONTRATO** é de **R\$60.000,00 (sessenta mil reais)**, conforme discriminado no quadro abaixo:

Item	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade hora/aula	Preço hora/aula	Preço Subtotal
1	Consultoria para Implantação da Auditoria Financeira				
1.1	Elaboração de Papéis de Trabalho Personalizados para Realização de Auditoria Financeira, com carga horária prevista de 40 horas	Hora	40	600,00	24.000,00
1.2	Acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, com carga horária prevista de 20 horas	Hora	20	600,00	12.000,00
2	Treinamento em Auditoria Financeira, a ser realizado no período de ___ a ___ de ___ de 2019, com carga horária de 40 horas/aula	Hora/aula	40	600,00	24.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>R\$60.000,00</b>	

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, bem como todos os custos de elaboração e cessão de direito de uso da documentação técnica metodológica ao **TCE-RJ** e material didático a ser utilizado durante do treinamento descrito neste **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Em razão da despesa decorrente deste **CONTRATO** será efetuado, ainda, o recolhimento da contribuição previdenciária patronal ao Instituto Nacional da Previdência Social – INSS, no valor total de **R\$12.000,00 (doze mil reais)**, correspondente a 20% do valor total dos serviços descritos na tabela acima.

**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

**CLÁUSULA QUARTA**

**(RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)**

A presente despesa, no valor global de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), correrá à conta do orçamento do exercício de 2019, no valor de R\$52.200,00 (cinquenta e dois mil e duzentos reais), compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ e pela Natureza de Despesa \_\_\_\_\_, com cobertura através da Nota Empenho nº \_\_\_\_\_ e de 2020, no valor de R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), cujo Programa de Trabalho e Natureza de Despesa serão consignados no Quadro de Detalhamento a ser publicado oportunamente.

**CLÁUSULA QUINTA**

**(PAGAMENTO)**

O TCE-RJ efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente do **CONTRATADO** à medida que os serviços forem executados, na forma prevista no cronograma abaixo, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais aplicáveis à presente contratação, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação de cada documento de cobrança que for apresentado pelo **CONTRATADO**, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas na **PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**:

I - R\$24.00,00 (vinte e quatro mil reais), a serem pagos após entrega dos papéis de trabalho personalizados, que ocorrerá antes da capacitação;

II - R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), a serem pagos após a realização da capacitação;

III - acompanhamento, no montante de R\$12.000,00 (doze mil reais), com pagamento dividido da seguinte forma:

III-1 - R\$4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), a serem pagos até o final de dezembro de 2019 (7 encontros previstos);

III-2 - R\$3.000,00 (três mil reais), a serem pagos até o final de março de 2020 (5 encontros previstos);

III-3 - R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), a serem pagos após a revisão do relatório (8 horas previstas).



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do **TCE-RJ**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento do acréscimo a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário-Geral de Administração do **TCE-RJ**, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento do **CONTRATADO** dirigido ao titular da Subsecretaria de Administração e Finanças do **TCE-RJ**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso o **TCE-RJ** antecipe o pagamento do **CONTRATADO**, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas do **CONTRATADO**, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços, com suas alterações e regulamentações posteriores, bem como será efetuado o recolhimento da contribuição previdenciária patronal ao Instituto Nacional da Previdência Social – INSS.

**PARÁGRAFO QUINTO** - No caso de o **CONTRATADO** ser enquadrado nas hipóteses de não retenção constante do art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida judicial constante do art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11.01.2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos na fonte.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

**CLÁUSULA SEXTA****(REAJUSTE)**

O preço fixado na cláusula terceira será fixo e irrevogável, inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

**CLÁUSULA SÉTIMA**

**(EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)**

Os serviços serão executados na forma, condições e prazos previstos na Proposta de Treinamento e Consultoria em Auditoria Financeira acostada às fls. 05/07 do Processo Administrativo TCE-RJ nº 302.688-2/19.

**CLAUSULA OITAVA**

**(OBRIGAÇÕES DO TCE-RJ E DO CONTRATADO)**

As partes deverão cumprir, durante toda a execução do **CONTRATO**, as obrigações e responsabilidades previstas neste termo e na **PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O **CONTRATADO**, durante toda a execução do **CONTRATO**, obriga-se a:

I – Executar os serviços objeto do presente **CONTRATO** rigorosamente no prazo pactuado, **bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pela Proposta de Treinamento e Consultoria em Auditoria Financeira e pela PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019;**

II – Elaborar, previamente os papéis de trabalho de acordo com a estrutura contábil e a realidade do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizá-los para uso dos participantes, durante e após o treinamento;

III – Ministrar o curso nos dias, local e horários definidos pelo **TCE-RJ**, esclarecendo dúvidas e eventuais questionamentos sobre o tema, durante os exercícios de implantação da metodologia, bem como ministrar todo o conteúdo programático proposto;

IV – Cumprir quaisquer ônus ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista ou previdenciária;

V – Atender prontamente todas as solicitações do **TCE-RJ** previstas neste **CONTRATO** e na Proposta apresentada pelo **CONTRATADO**;

VI – Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **TCE-RJ**, com relação aos serviços objeto deste **CONTRATO**;



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

VII – Não substituir, sob qualquer hipótese, o instrutor do curso nem transferir a execução dos serviços objeto deste **CONTRATO** para outro profissional ou empresa;

VIII - Manter em sigilo toda informação referente ao **TCE-RJ** que o **CONTRATADO** vier a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados, que não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso das informações sigilosas a que tiver acesso, não podendo, ainda, veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do **CONTRATO** sem a prévia autorização do **TCE-RJ**;

IX - Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;

X - Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposto em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste **CONTRATO**;

XI - Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar ao **TCE-RJ** ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do **TCE-RJ**;

XII – Ser o único responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

XIII - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **TCE-RJ** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores;

XIV - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do **TCE-RJ**;

XV - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização do **TCE-RJ**;





**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

XVI - Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do **TCE-RJ**;

XVII - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93;

XVIII - Manter, durante toda vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a formalização da presente contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O **TCE-RJ**, durante toda a execução do **CONTRATO**, obriga-se a:

I - Expedir as autorizações de início de serviços necessárias para o começo da prestação de cada uma das etapas de execução dos serviços por parte do **CONTRATADO**;

II – Disponibilizar o local e providenciar os materiais necessários para o bom desempenho do curso, tais como projetor, *flipboard*, passador de slides, impressão de material didático a ser fornecido durante o curso de treinamento e notebook/computador a ser utilizado por cada participante do treinamento;

III – Emitir as passagens aéreas necessárias para o deslocamento do **CONTRATADO**, assim como todas as despesas com hospedagem;

IV – Reproduzir todo o material didático elaborado e desenvolvido pelo **CONTRATADO**, para que seja fornecido a cada servidor participante do curso de treinamento, bem como controlar as inscrições e frequência dos participantes;

V - Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto **CONTRATADO**, de forma a verificar a perfeita execução do objeto **CONTRATADO**;

VI – Fornecer apoio administrativo e logístico no local em que serão realizadas as atividades previstas neste **CONTRATO**;

VII - Comunicar oficialmente ao **CONTRATADO** quaisquer falhas verificadas no cumprimento do **CONTRATO**;

VIII - Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto **CONTRATADO**, que venham a ser solicitados pelo **CONTRATADO**;

IX - Verificar durante a execução contratual a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019****CLÁUSULA NONA****(DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO)**

O gerenciamento deste **CONTRATO** caberá ao servidor \_\_\_\_\_, matr. \_\_\_\_\_, da Coordenadoria de Gestão Administrativa e Contratual (CGA) do **TCE-RJ** e a fiscalização caberá ao servidor Fernando Henrique Ferreira Carneiro Leão, matrícula 02/4317, da Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) do **TCE-RJ**, sendo substituído, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na mesma Unidade, ficando o titular do referido setor como corresponsável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Aos servidores designados para a Gestão e Fiscalização do **CONTRATO**, para os fins do Ato Normativo **TCE-RJ** nº 127, de 08/05/2012, incumbe, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93:

I - verificar se a prestação de serviços está sendo realizada em conformidade com o objeto da contratação;

II - adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso de inadimplemento e praticar os atos indispensáveis à boa execução do contrato sob sua responsabilidade;

III - emitir, com a periodicidade adequada ao objeto Fiscalizado, relatório acerca da execução deste **CONTRATO**, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aqueles destinados a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ficam reservados ao Gestor deste **CONTRATO** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado desde que não acarrete ônus para a **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O **CONTRATADO** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A existência e a atuação da Gestão e da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do **CONTRATADO**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

perante o **TCE-RJ** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da **TCE-RJ** ou de seus prepostos, devendo, ainda, o **CONTRATADO**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a **TCE-RJ** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

**CLÁUSULA DÉCIMA****(RECEBIMENTO DO OBJETO)**

Executada cada uma das etapas dos serviços previstos neste **CONTRATO**, o seu objeto será recebido, definitivamente, pela Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE) do **TCE-RJ** no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste **CONTRATO**, nos termos do art. 73, inciso I, alínea *b*, da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Se for constatado que o objeto foi executado em desacordo com o especificado para cada etapa de execução dos serviços, com falhas ou incompleto, a Fiscalização notificará por escrito o **CONTRATADO**, interrompendo-se o prazo de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O aceite/aprovação do objeto pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas neste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA****(SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)**

No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste **CONTRATO**, o **TCE-RJ**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará ao **CONTRATADO**, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287 de 04/12/79 e suas regulamentações e, em especial, as seguintes sanções:

I - multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de prestação dos serviços, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil;



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

II - multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO**, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas:

- 1 - poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- 2- não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- 3- deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- 4- nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do **CONTRATO** ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o **TCE-RJ** rescinda unilateralmente o **CONTRATO** e aplique as demais sanções legais cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ao **CONTRATADO** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A aplicação de multas não elidirá o direito do **TCE-RJ** de, em face do descumprimento do pactuado, rescindir de pleno direito o **CONTRATO**, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

**(DA RESCISÃO)**

O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido, de pleno direito, pelo **TCE-RJ**, a qualquer tempo, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos e forma previstos nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - No caso deste **CONTRATO** vir a ser rescindido por dolo ou culpa do **CONTRATADO**, serão aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao **TCE-RJ**, será promovida a responsabilidade do **CONTRATADO**, visando ao ressarcimento destes danos.



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica facultado ao **TCE-RJ**, em qualquer hipótese, aplicar as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurada prévia defesa ao **CONTRATADO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - De qualquer penalidade que venha a ser imposta ao **CONTRATADO** caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, ao Presidente do **TCE-RJ**, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

**(DA RENÚNCIA A DIREITOS)**

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste **CONTRATO**, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**(DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)**

As **PARTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições deste **CONTRATO**, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Título XI da Lei Estadual nº 287, de 4 de dezembro de 1979 – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, no que não conflitem com a legislação federal, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**(DA CESSÃO DE USO DE MATERIAIS)**

O **CONTRATADO** cede os direitos de cessão de uso incidentes sobre os materiais que forem desenvolvidos exclusivamente para atender às necessidades do **TCE-RJ**, em conformidade com o art. 111 da Lei Federal nº 8.666/93, para utilização permanente e sem quaisquer ônus para o **TCE-RJ**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**(DA PUBLICAÇÃO)**



**MINUTA DO CONTRATO – ANEXO I DA PROPOSTA-DETALHE nº 75/2019**

Obriga-se o **TCE-RJ** a mandar publicar no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro o extrato do presente **CONTRATO** às suas expensas, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura, para dar-lhe a devida eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**(DO FORO)**

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

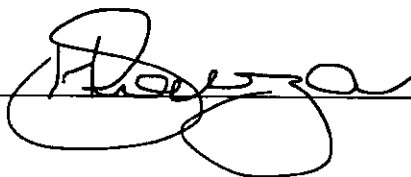
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente **CONTRATO** em 2 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

TCE-RJ:

\_\_\_\_\_

CONTRATADO:

  
\_\_\_\_\_

Testemunhas:

Nome legível:

Identidade:

Nome legível:

Identidade:

Senhor Coordenador,

Trata o presente processo da contratação do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, para a prestação dos serviços de consultoria para implantação de auditoria financeira no TCE-RJ.

A presente contratação tem respaldo no inciso II do artigo 25 e § 1º c/c artigo 13, inciso VI da Lei n.º 8.666/93, “Inexigibilidade de Licitação”, em face de comprovada inviabilidade de competição, uma vez que se trata de serviços técnicos, de natureza singular, com profissional de notória especialização.

A razão da escolha do profissional, bem como a justificativa para o preço pactuado, foram apresentadas pelo setor requisitante e estão acostadas às fls. 02/03 e 10-V/18-V, respectivamente, o que deverá ser apreciado pela esfera competente.

Atos contínuos foram elaboradas a Proposta Detalhe nº 075/2019 e a Minuta do Contrato, que após devidamente assinadas, foram inseridas neste expediente, às fls. 31/32 e 34/40, respectivamente.

Alerto para a necessidade de serem providenciadas, em momento oportuno, a emissão das passagens aéreas e diárias para hospedagem, previstas no documento à fl. 04.

Diante do exposto, sugerimos o envio deste processo à Subsecretaria de Administração e Finanças – SSA, para análise e providências, com vistas à:

1. (CCF) Coordenadoria de Contabilidade e Finanças para bloqueio orçamentário;
2. (CEO) Coordenadoria de Estratégia e Orçamento, para validação da classificação da despesa;
3. (PGT) para manifestação quanto a Proposta Detalhe 075/2019 e a Minuta do Contrato.

CLC, 16.08.2019.

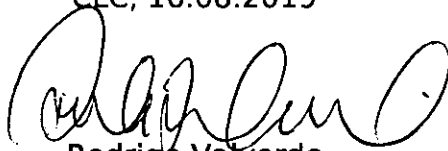
  
**Rosely da Silva Sayão**

Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC  
Matrícula 02/4082

De acordo.

Encaminho à Secretaria de Administração e Finanças - SSA, em prosseguimento.

CLC, 16.08.2019



Rodrigo Valverde  
Coordenador  
Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC  
Matr. 02/4651



**Senhor Subsecretário-Adjunto de Administração e Finanças,**

Trata o presente dos procedimentos inaugurados pela Secretaria-Geral de Controle Externo - SGE, em 11/07/2019, por meio do Memorando nº 074/19 (fls. 02/04), visando à contratação do Sr. Henrique Ferreira Souza, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União - TCU, para a prestação de consultoria Auditoria Financeira para auxiliar este Tribunal de Contas a elaborar os papéis de trabalho personalizados de acordo com as suas características próprias, para realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria a ser realizada por esta Corte de Contas, pelo prazo de 8 (oito) meses, no valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) referente aos serviços profissionais e de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) referente o recolhimento da contribuição patronal ao INSS, correspondente a 20% (vinte por cento) do montante dos serviços descritos acima perfazendo um total de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), conforme Proposta Detalhe nº 75/2019 (fls. 31/32 e minuta do contrato (fls. 34/40).

Registro que a contratação em tela está respaldada no inciso II do art. 25 e §1 c/c o art. 13, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93.

Finalizada a fase inicial da contratação, os autos foram encaminhados a esta subsecretaria pela Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLC para ciência e deliberação.

Ante o exposto, sugiro que este administrativo seja encaminhado (I) à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF para efetuar o bloqueio orçamentário; (II) à Coordenadoria de Estratégia e Orçamento - CEO para ratificação da classificação da despesa; e (III) à Procuradoria-Geral deste Tribunal para análise e manifestação.

SSA, 16 de agosto de 2019.

  
**Alexandre Tenorio Rocha**

Assessor

Matr. 02/3839/0-4

DE ACORDO.

À CCF, CEO e PGT, nesta ordem, em prosseguimento na forma proposta.

SSA, 16 de agosto de 2019.

✓

**BERNARDO GUIMARÃES LOYOLA**  
Subsecretário-Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matr. 02/3312/0-4

*Renata Di Masi Palheiro*  
**RENATA DI MASI PALHEIRO**  
Substituta Eventual do  
Subsecretário Adjunto da SSA  
Secretaria-Geral de Administração  
Matr. 02/004247/0-4

**FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO TCE-RJ**

Praça da República 70 - Centro

**NOTA DE COMPROMISSO/BLOQUEIO****Nº 83/2019**

01 N DO PROCESSO	
302688-2 /2019	
02 DATA	03 FOLHA
05/08/2019	43
04 RUBRICA	
J	

**BLOCO 1-DADOS DO COMPROMISSO/BLOQUEIO**

05 ADIANTAMENTO	06 TIPO DE DESPESA	07 BLOQUEIO
<input checked="" type="checkbox"/> 2 1 - SIM 2 - NÃO	<input checked="" type="checkbox"/> 4 1 - PESSOAL E ENCARGOS 5 - INVESTIMENTOS 2 - JUROS E ENC. DÍVIDA INTERNA 6 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS 3 - JUROS E ENC. DÍVIDA EXTERNA 7 - AMORT. DÍVIDA INTERNA 4 - DESPESA CORRENTE 8 - AMORT. DÍVIDA EXTERNA 9 - OUTRAS DESP. CAPITAL	<input checked="" type="checkbox"/> 1 1 - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS 2 - OUTROS

**BLOCO 2-DADOS DO ORGÃO**

08 SECRETARIA/ÓRGÃO					09 Cód
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO					02
10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA					11 Cód
FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO TCE-RJ					61
12 PROGRAMA DE TRABALHO	13 NATUREZA DE DESPESA	14 FONTE REC	15 U DESP	16 DV	
0261.0112801382.913	3390.35.01	230	00	01	
17 TIPO DE CRÉDITO		18 VALOR			
<input checked="" type="checkbox"/> 1 - ORÇAMENTO GERAL E SUPLEMENTAR 3 - EXTRAORDINÁRIO 2 - ESPECIAL		52.200,00			

**BLOCO 3-AUTENTICAÇÕES**

19 RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO	20 MATRÍCULA	21 DATA
MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO	02/002284/0-0	19/08/2019
22 RESPONSÁVEL PELA ANULAÇÃO	23 MATRÍCULA	24 DATA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Reserva

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

LUBRICA

FLS.: 44

Encerrado até Julho

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NR00021	19/08/19
Tipo Alteração	NR Original	Valor
		52.200,00

Detalhamento	
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do ERJ
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	230 - Recursos Próprios
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Natureza	339000 - A definir
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	00000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	04 - Outros Poderes
Processo	302.688-2/19

Itens		
Sub-item da Despesa	Saldo Disponível	Valor
Observação		
NCB 83/2019		

Emitente	
	Usuário MARCIO MARTINS SANTOS

Emitido/contabilizado por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 12:01.

Impresso por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 12:01.

**FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO TCE-RJ**

Praça da República 70 - Centro

**NOTA DE COMPROMISSO/BLOQUEIO****Nº 84/2019**

01 N DO PROCESSO 302688 -2 /2019	
02 DATA 05/08/2019	03 FOLHA 45
04 RUBRICA 5	

**BLOCO 1-DADOS DO COMPROMISSO/BLOQUEIO**

05 ADIANTAMENTO <input type="checkbox"/> 2 1 - SIM <input type="checkbox"/> 2 - NÃO	06 TIPO DE DESPESA <input type="checkbox"/> 4 1 - PESSOAL E ENCARGOS 2 - JUROS E ENC. DÍVIDA INTERNA 3 - JUROS E ENC. DÍVIDA EXTERNA 4 - DESPESA CORRENTE 5 - INVESTIMENTOS 6 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS 7 - AMORT. DÍVIDA INTERNA 8 - AMORT. DÍVIDA EXTERNA 9 - OUTRAS DESP. CAPITAL	07 BLOQUEIO <input type="checkbox"/> 1 1 - COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS 2 - OUTROS
---	---	---

**BLOCO 2-DADOS DO ORGÃO**

08 SECRETARIA/ÓRGÃO FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO				09 Cód 02	
10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO TCE-RJ				11 Cód 61	
12 PROGRAMA DE TRABALHO 0261.0112801382.913	13 NATUREZA DE DESPESA 3390.47.10	14 FONTE REC 230	15 U DESP 00	16 DV 01	
17 TIPO DE CRÉDITO <input type="checkbox"/> 1 1 - ORÇAMENTO GERAL E SUPLEMENTAR 2 - ESPECIAL 3 - EXTRAORDINÁRIO		18 VALOR 10.440,00			

**BLOCO 3-AUTENTICAÇÕES**

19 RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO	20 MATRÍCULA 02/002284/0-0	21 DATA 19/08/2019
22 RESPONSÁVEL PELA ANULAÇÃO	23 MATRÍCULA	24 DATA



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Reserva

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

ANEXICA L

FLS.: 46

Encerrado até Julho

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NR00022	19/08/19
Tipo Alteração	NR Original	Valor
		10.440,00
Detalhamento		
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do ERJ	
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade	
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida	
Fonte	230 - Recursos Próprios	
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento	
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento	
Natureza	339000 - A definir	
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO	
Área Geográfica	3300000 - ESTADO	
Plano Interno	00000000000 - Plano Interno não identificado	
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada	
LME	04 - Outros Poderes	
Processo	302.688-2/19	
Itens		
Sub-item da Despesa	Saldo Disponível	Valor
Observação		
NCB 84/2019		

Emitente	
	Usuário
	MARCIO MARTINS SANTOS

Emitido/contabilizado por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 12:03.

Impresso por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 12:03.



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota Patrimonial

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

LUBRICA 5 FLS.: 47

Encerrado até Julho

<b>Identificação</b>				
<b>Unidade Gestora</b> 026100 - FEM/TCE-RJ		<b>Número do Documento</b> 2019NP00081		<b>Data de Emissão</b> 19/08/19
<b>Detalhamento</b>				
<b>UG Favorecida</b> Processo 302.688-2/19				
<b>Itens</b>				
<b>Tipo Patrimonial</b>	<b>Item Patrimonial</b>	<b>Operação Patrimonial</b>	<b>Classificação Complementar</b>	<b>Valor</b>
Outros Controles	6054 - CONTROLE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTO DA DESPESA	7811 - REGISTRO DO REMANEJAMENTO DO ELEMENTO DE DESPESA(INCORPORAÇÃO)	2.30.0.00.3.3.90.35.08. 00000000000.0.2.0000 00.610.000000. 1.01.128.0138.2913.33 00000	52.200,00
Outros Controles	6054 - CONTROLE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTO DA DESPESA	7811 - REGISTRO DO REMANEJAMENTO DO ELEMENTO DE DESPESA(INCORPORAÇÃO)	2.30.0.00.3.3.90.47.08. 00000000000.0.2.0000 00.610.000000. 1.01.128.0138.2913.33 00000	10.440,00
Outros Controles	6054 - CONTROLE DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ELEMENTO DA DESPESA	7812 - REGISTRO DO REMANEJAMENTO DO ELEMENTO DE DESPESA(BAIXA)	2.30.0.04.3.3.90.39.02. 00000000000.0.2.0000 00.610.000000. 1.01.128.0138.2913.33 00000	62.640,00
<b>Observação</b> remanejamento orçamentario				

<b>Emitente</b>	
	<b>Usuário</b> MARCIO MARTINS SANTOS

Emitido/contabilizado por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 11:59.

Impresso por MARCIO MARTINS SANTOS em 19/08/19 às 11:59.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO  
SUBSECR DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
COORD DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

TCE-RJ  
Processo nº 302688-2/19  
Rubrica

Fls. 48


**Processo :** 302688-2/19  
**Origem :** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ  
**Setor :** Não Encontrado  
**Natureza :** PROPOSTA (INT) \*  
**Interessado :** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
**Observação :** CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

À Coordenadoria de Estratégia e Orçamento - CEO

Senhora Coordenadora-Geral

Encaminhamos o presente administrativo para análise e manifestação, informando que o bloqueio orçamentário foi emitido e acostado aos autos, devendo ser remetido posteriormente à PGT.

CCF, 19/08/2019.



Marcelo Langeli Ceranto  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/004345




CEO – Coordenadoria de Estratégia e Orçamento

Senhora Coordenadora-Geral,

A presente despesa do Fundo Especial de Modernização do Controle Externo – FEM/TCE-RJ, no valor total de R\$ 72.000,00, sendo R\$ 62.640,00 para 2019, refere-se à Proposta Detalhe nº 075/2019 – fl. 31 – (mediante Inexigibilidade de Licitação – com base no artigo 25 da Lei nº 8.666/93), em favor de Henrique Ferreira Souza Carneiro, tendo por objeto a contratação de consultoria para implantação da Auditoria Financeira, compreendendo a elaboração de papéis de trabalho personalizados, acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos e treinamento em auditoria financeira.

Com base nas Notas de Compromisso/Bloqueio nº 83/2019 e 84/2019, fl. 43 e 45, cumpre-nos ratificar a classificação da despesa pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF no Programa de Trabalho 0261.011280138.2913 – Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade (Fonte 230), nas Naturezas de Despesa 3390.35.01 – Serviços de Consultoria (R\$ 52.200,00) e 3390.47.10 – Contribuição Previdenciária – INSS (R\$10.440,00)


CEO, 19 de agosto de 2019.

  
Geise de Figueiredo Porto  
Assessora  
Matr. nº 02/2956

À SGP.


De acordo com as informações apresentadas.

CEO, 19 de agosto de 2019.

  
Marcia Vasconcellos dos Santos  
Coordenadora-Geral da CEO  
Matr. nº 02/3525

À PGT,

De acordo com as instruções da CEO.

  
Márcio Jandré Ferreira  
Secretário-Geral de Planejamento  
Matr. nº 02/3515



*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro  
Procuradoria-Geral*

TCE-RJ
Processo nº 302.688-2/2019
Rubrica                      Fls. 1

**PROCESSO:** TCE-RJ N° 302.688-2/2019

**ORIGEM:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ASSUNTO:** PROPOSTA (INT) \*

**Sr. Procurador-Geral,**

Cuida o presente processo da contratação de especialista em auditoria financeira no setor público, com experiência neste instrumento de fiscalização utilizado pelo TCE-RJ, devidamente justificada pela Secretaria Geral de Controle Externo às fls. 2/3 destes autos, que demonstrou à fl. 4 os gastos com a contratação.

A comprovação da notória especialização profissional do contratado consta às fls. 9 a 25, o que atende aos requisitos impostos pelo artigo 25, inciso II, da Lei nº 8666/93.

Os valores referentes à contratação estão devidamente discriminados na Proposta-Detalhe nº 075/2019 de fls. 31/31-verso.

Assim, diante dos elementos que constam nos autos, do ponto de vista estritamente jurídico, nada a opor em relação ao prosseguimento do feito.

RIO DE JANEIRO, 21/08/2019

**SÉRGIO CAVALIERI FILHO**  
Procurador-Geral  
Matrícula 02/004194

À Secretaria-Geral de Administração - SGA

Senhor Secretário-Geral,

Trata o presente processo da contratação do **Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro**, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, para prestação dos serviços de consultoria para implantação de auditoria financeira no TCE-RJ.

A contratação em comento dar-se-á através de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento do inciso II do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.


Comprovada a necessidade da despesa e emitido o parecer favorável da Procuradoria-Geral deste TCE-RJ (fls. 50), autorizo a despesa do Fundo Especial de Modernização do Controle Externo - FEM, por inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso II do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, no valor total de R\$72.000,00(setenta e dois mil reais), sendo R\$62.640,00(sessenta e dois mil e seiscentos e quarenta reais) para 2019, conforme descrito na Proposta Detalhe nº 075/2019 (fls. 31/32).

A presente despesa correrá à conta do orçamento do Fundo Especial de Modernização do Controle Externo - FEM, no P.T. 0261.011280138.2913 – Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade (Fonte 230), nas Naturezas de Despesas 3390.35.01 – Serviços de Consultoria e 3390.47.10- Contribuição Previdenciária – INSS .

Assim, em conformidade com a determinação contida no artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, encaminho o presente processo para ratificação da despesa, no prazo ali previsto de 3 (três) dias desta

comunicação e posterior envio à Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF) para emissão da Nota de Autorização de Despesa (NAD), Nota de Empenho e providências subsequentes.


SSA, 21 de agosto de 2019.

  
**BERNARDO GUIMARÃES LOYOLA**  
Subsecretário Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matrícula nº 02/3312/0-4

Ratifico a inexigibilidade de licitação em favor da contratação do **Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro**, Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas da União – TCU, com fulcro no artigo 25, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, no preço total de total de R\$72.000,00(setenta e dois mil reais), conforme descrito na Proposta Detalhe nº 075/2019 (fls. 31/32).

À SSA para as providenciar a publicação e demais medidas necessárias.

SGA, 21 de agosto de 2019.

  
**LUCIO CAMILO OLIVA PEREIRA**  
Secretário-Geral de Administração  
Matrícula nº 02/4434/0-3

À CCF para providências cabíveis, após a CGA para as demais medidas.

SSA, 21 de agosto de 2019.



**BERNARDO GUIMARÃES LOYOLA**  
Subsecretário - Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matrícula nº 02/3312/0-4



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Empenho

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

RUBRICA

FLS.: 53

Encerrado até Julho

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00245	26/08/19
Credor	Valor	
00496829114 - HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO	52.200,00 (Cinquenta e dois mil e duzentos reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação	
Nota de Reserva	2019NR00021
Natureza	339035 - Serviços de Consultoria
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do RJ
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	230 - Recursos Próprios
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	04 - Outros Poderes
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	Não Definido

Detalhamento	
Modalidade do empenho	Estimativo Modalidade de Licitação 06 - Inexigível Embasamento Legal Lei 8.666/93 Art.25 - Caput II
Origem de Material	1 - Origem nacional Data de Entrega Local de Entrega
Processo	302.688-2/19 UF Rio de Janeiro Município Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Consultoria	01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA		52.200,00
Cronograma			
Setembro	52.200,00		
Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
2.488.473,81	0,00	0,00	2.436.273,81
Observação			
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			
Produtos			

Emitido/contabilizado por MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO em 26/08/19 às 16:55.

Impresso por MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO em 26/08/19 às 16:58.

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00245	26/08/19
Credor	Valor	
00496829114 - HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO	52.200,00 (Cinquenta e dois mil e duzentos reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
SERVIÇO	1	-	52.200,00	52.200,00
Descrição: SERVIÇOS DE CONSULTORIA				



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Empenho

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

RUBRICA

FLS.: 54

Encerrado até Julho

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00246	26/08/19
Credor	Valor	
29979036000140 - Instituto Nacional De Seguro Social.	10.440,00 (Dez mil e quatrocentos e quarenta reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Classificação	
Nota de Reserva	2019NR00022
Natureza	339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do RJ
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	230 - Recursos Próprios
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	04 - Outros Poderes
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	Não Definido

Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	07 - Não Aplicável Embasamento Legal	Lei
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega	Local de Entrega	
Processo	302.688-2/19	UF	Rio de Janeiro	Município Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Obrigações Tributárias e Contributivas	10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INSS		10.440,00

Cronograma	
Setembro	10.440,00

Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
2.446.713,81	0,00	0,00	2.436.273,81

Observação	
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL INSS	

Emitido/contabilizado por MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO em 26/08/19 às 16:57.

Impresso por MARCOS AURELIO DE OLIVEIRA ARAUJO em 26/08/19 às 16:57.




Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00246	26/08/19
Credor	Valor	
29979036000140 - Instituto Nacional De Seguro Social.	10.440,00 (Dez mil e quatrocentos e quarenta reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
CONTRIBUIÇÃO	1	-	10.440,00	10.440,00
Descrição: PREVIDENCIÁRIA				



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRACAO  
SUBSECR DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
COORD DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

TCE-RJ  
Processo nº 302.688-2/19  
Rubrica  Fls. 55


**Processo :** 302688-2/19  
**Origem :** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ  
**Setor :** Não Encontrado  
**Natureza :** PROPOSTA (INT) \*  
**Interessado :** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
**Observação :** CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

À Coordenadoria de Gestão Administrativa e Contratual - CGA

Senhor Coordenador-Geral

Encaminhamos o presente processo para as devidas providências, após atendimento do solicitado.

CCF, 26/08/2019.



Marcelo Langeli Ceranto  
Coordenador-Geral  
Matrícula 02/004345

CGA – Coordenadoria de Gestão Administrativa e Contratual

Senhor Coordenador-Geral,

Encaminho a V. S<sup>a</sup>. 2 (duas) vias do CONTRATO Nº 32/2019 a ser celebrado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o senhor HENRIQUE FERREIRA SOUZA, parte integrante do processo administrativo TCE-RJ nº 302.688-2/19, para serem assinadas.

Após realizadas as devidas anotações, o processo encontra-se em condições de prosseguimento.

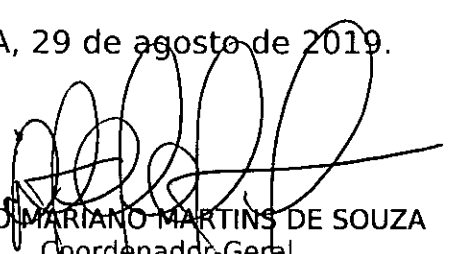
CGA, 29 de agosto de 2019.

*Susana Silvado Cardoso*  
SUSANA SILVADO CARDOSO  
Coordenadoria de Gestão  
Administrativa e Contratual - CGA  
Matr. 02/4652

Senhor Subsecretário-Adjunto de Administração e Finanças,

Tendo em vista o informado, encaminho o presente para conclusão do procedimento formal da assinatura do Contrato.

CGA, 29 de agosto de 2019.

  
OTÁVIO MARIANO MARTINS DE SOUZA  
Coordenador-Geral  
Coordenadoria de Gestão  
Administrativa e Contratual - CGA  
Matr. 02/2861

À Secretaria-Geral de Administração – SGA

Senhor Secretário-Geral,

Versam os autos sobre a contratação do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro, com fulcro no art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, para a execução dos serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar este TCE-RJ a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria governamental a ser realizada pelo TCE-RJ, conforme Proposta Detalhe nº 075/2019 e Contrato nº 32/2019, com o valor total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), e, em razão da despesa decorrente do contrato em tela, será efetuado pelo TCE-RJ, o recolhimento da contribuição previdenciária patronal ao INSS, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), correspondente a 20% do valor total dos serviços descritos acima, perfazendo, desta forma, o montante de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

A Coordenadoria de Atividades Gerais – CGA encaminhou o Contrato nº 32/2019 para o contratado para assinatura da avença.

Ante o exposto e colhido o aceite do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro, remeto o presente administrativo para essa Secretaria para ciência e demais medidas necessárias.

SSA, 29 de agosto de 2019.

P/

**BERNARDO GUIMARÃES LOYOLA**  
Subsecretário - Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matrícula nº 02/3312/0-4

  
RENATA DI MASI PALMEIRO  
Substituta Eventual de  
Subsecretário Adjunto da SSA  
Secretaria-Geral de Administração  
Matr. 02/004247/0-4

**Edital de comunicação**  
Conforme disposto no art. 2º, §§ 2º e 4º da Deliberação TCE-RJ nº 234/2005, alterada pela Deliberação TCE-RJ nº 241, de 19 de junho de 2007, ficam cientes os interessados a abster-se, para cuja mensagem o código eletrônico vinculado ao SICODI não houve confirmação de abertura.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	OFÍCIO	CPF
210193-2/2018	ALAIR FRANCISCO GONÇALVES	21989/2018	082.548.507-04
206827-3/2018	ANTÔNIO CLARET GONÇALVES FERRAZ	24412/2018	422.166.567-04
206827-3/2018	ANTÔNIO CLARET GONÇALVES FERRAZ	25685/2018	422.166.567-04
215963-0/2018	ANTÔNIO H. VASCONCELOS DA ROSA	25128/2018	005.806.787-14
104867-4/2018	CHRISTIANO AUREO DA SILVA	25493/2018	795.427.837-20
208196-6/2018	CLÓVIS TOSTES DE BARROS	25442/2018	782.167.907-49
217839-7/2018	DEUSILANE R. FROES CALZA DE ALMEIDA	24223/2018	058.809.317-88
209865-2/2018	ELIANE MARTINS DA SILVA FONSECA	23004/2018	765.133.177-00
209865-2/2018	ELIANE MARTINS DA SILVA FONSECA	24131/2018	750.352.847-49
209865-2/2018	LUCIMAR CRISTINA DA SILVA FERREIRA	25447/2018	073.347.827-12
105138-4/2017	LUIZ CLAUDIO RODRIGUES DE CARVALHO	23634/2018	177.759.078-78
209838-2/2016	MARCELO DA SAQUEIRA LEAL	23843/2018	981.371.507-04
217426-6/2018	MARCOS DA COSTA ALVES	24537/2018	224.352.277-91
222184-7/2016	PAULO ROBERTO MATOS SAQUEIRA LEAL	23291/2018	515.369.037-88
222562-7/2016	PAULO ROBERTO MATOS SAQUEIRA LEAL	24841/2018	515.369.037-88
209865-2/2016	PAULO ROBERTO BANDO L. BOFCHAT	25440/2018	775.010.397-04
217847-4/2018	SADNOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA	24961/2018	905.298.767-87
209865-2/2016	SADNOEL OLIVEIRA GOMES SOUZA	25445/2018	905.298.767-87
207045-7/2015	SANDRO MAIOR FERREIRA	23060/2018	008.916.802-37
216690-7/2014	SIMONE DA COSTA SILVA MASSA	24865/2018	013.136.727-77
222498-4/2018	SIMONE DA COSTA SILVA MASSA	25385/2018	013.136.727-77

**SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO A PROCESSO**  
Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
511267-6/2018	RAFAEL DO CARMO TELES	16/03/2019	30	11059/2019
203478-3/15	MARCIO PAUSSET	29/04/2019	30	12772/2019
203478-3/15	MARCIO PAUSSET	29/04/2019	30	12776/2019
215913-3/14	MARCIO PAUSSET	29/04/2019	30	12883/2019
105343-1/15	AULO CESAR CHAGAS PIRES	08/05/2019	30	14811/2019
203477-2/15	MARCIO PAUSSET	29/05/2019	30	15722/2019
203477-2/15	MARCIO PAUSSET	29/05/2019	30	15794/2019
245924-2/18	NAJLA COELHO DA SILVA	14/07/2019	30	18512/2019
207857-3/17	BRINK PLAY METODOS E MAT. DIDATICOS LTDA	11/03/2019	30	20848/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
515429-0/18	MANUELLAURINDO CHAVES DA SILVA	11/03/2019	30	58132/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
208587-9/97	CICERO DE OLIVEIRA SANTOS	18/03/2019	30	11892/2019
215762-4/13	RICARDO ANTONIO DE OLIVEIRA	11/02/2019	30	17459/2019
215762-4/13	SANDRA SANTOS DE OLIVEIRA	11/02/2019	30	17459/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
106478-2/14	ALCINO RODRIGUES CARVALHO	04/02/2019	30	17711/2019
810354-6/15	MARCIO MAURO LEITE DE SOUZA	24/09/2019	30	20371/2019

**SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO A PROCESSO**  
Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
203472-2/15	MARCIO PAUSSET	11/01/2019	30	6875/2019
203472-2/15	MARCIO PAUSSET	10/04/2019	30	1331/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
208663-5/12	ANDRÉ TAFFAREL INACIO DOS SANTOS	05/06/2018	30	10613/2019

**Gabinetes**

**DECISÃO MONOCRÁTICA**  
(art. 131-A do Regulamento Interno)  
18/09/2018  
CONSELHEIRA MARIANA MONTEBELLO WILHEMAN

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA  
Processo TCE nº 104967-4/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO  
Município de CARDOZO MOREIRA  
Órgão: PREFEITURA DE CARDOZO MOREIRA  
Processo TCE nº 211495-5/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA

**SECRETARIA-GERAL DAS SESSÕES**  
**EDITAL DE CHAMAMENTO A PROCESSO**  
Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
207540-6/19	MAYARA CECILIA DA SILVA	23/05/2019	30	15682/2019
208072-8/15	CAROLINA DE ARAUJO SILVA	20/02/2019	30	17782/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
230128-3/15	RACUEL BORGES DE FREITAS MACIAD	20/02/2019	30	16761/2019

Pelo presente edital, comunica-se aos interessados a abertura de processo de comunicação e decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para a prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

PROCESSO Nº	RESPONSÁVEL	DATA DA SESSÃO	PRAZO (DIAS)	OFÍCIO CSO
216740-6/12	MARIA APARECIDA PASSET	12/03/2019	30	6410/2019
806378-4/15	BRUNO DE ASSIS TRIVELAR ALVES	20/02/2019	30	73135/2019
114383-0/16	RODRIGO ABOUD GUIMARÃES	15/03/2019	30	14710/2019

**Presidência**

**ATOS DA PRESIDENTE**  
DE 26.08.2019  
Ao Executivo nº 22.997 - Retirada, pelo prazo de 01 (um) ano, a redução em 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho do servidor ANDRÉ LUIZ DE SOUZA GONÇALVES, Técnico 1ª Categoria, nº 0293590-0, com base na Lei nº 3.807, de 04/04/2007, com validade a contar de 24/08/2019.

**DE 27.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.991 - Retirada, pelo prazo de 03 (três) meses, LETICIA PINTO VINHASS, Analista - Área Organizacional, 2ª Categoria, nº 0245539-2, de acordo com o sugerido pela Coordenadora de Serviços Máximo-Assistência da SGA.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.996 - Exonerar, a pedido, MARCOS ALBUQUERQUE CHIFFELLI, Analista nº 020041109-1, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CAG-8 de CIO, da SGA, com validade a contar de 29 de agosto de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.998 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear BERNARDETTE PASSOS, matrícula nº 020031950-8, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-4, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.999 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARY MACIEL PECAREAS para exercer em primeira substituição o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-5, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.996 - Exonerar, a pedido, MARCOS ALBUQUERQUE CHIFFELLI, Analista nº 020041109-1, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CAG-8 de CIO, da SGA, com validade a contar de 29 de agosto de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.998 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARIANA COELHO BRANDÃO, matrícula nº 020045910-8, para exercer o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-4, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.999 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARY MACIEL PECAREAS para exercer em primeira substituição o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-5, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.997 - Retirada, pelo prazo de 03 (três) meses, LETICIA PINTO VINHASS, Analista - Área Organizacional, 2ª Categoria, nº 0245539-2, de acordo com o sugerido pela Coordenadora de Serviços Máximo-Assistência da SGA.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.996 - Exonerar, a pedido, MARCOS ALBUQUERQUE CHIFFELLI, Analista nº 020041109-1, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CAG-8 de CIO, da SGA, com validade a contar de 29 de agosto de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.998 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear BERNARDETTE PASSOS, matrícula nº 020031950-8, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-4, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.999 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARY MACIEL PECAREAS para exercer em primeira substituição o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-5, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.996 - Exonerar, a pedido, MARCOS ALBUQUERQUE CHIFFELLI, Analista nº 020041109-1, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CAG-8 de CIO, da SGA, com validade a contar de 29 de agosto de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.998 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear BERNARDETTE PASSOS, matrícula nº 020031950-8, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-4, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.999 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARY MACIEL PECAREAS para exercer em primeira substituição o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-5, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.997 - Retirada, pelo prazo de 03 (três) meses, LETICIA PINTO VINHASS, Analista - Área Organizacional, 2ª Categoria, nº 0245539-2, de acordo com o sugerido pela Coordenadora de Serviços Máximo-Assistência da SGA.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.996 - Exonerar, a pedido, MARCOS ALBUQUERQUE CHIFFELLI, Analista nº 020041109-1, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CAG-8 de CIO, da SGA, com validade a contar de 29 de agosto de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.998 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear BERNARDETTE PASSOS, matrícula nº 020031950-8, de cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-4, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

**DE 28.08.2019**  
Ao Executivo nº 22.999 - Tendo em vista a solicitação do Secretário-Geral de Administração, nomear MARY MACIEL PECAREAS para exercer em primeira substituição o cargo em comissão de Assessoria, vínculo CIOAL-5, da SGA, com validade a contar de 05 de setembro de 2019.

## Secretaria Geral de Administração

EXTRATO DE DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 21/08/2019

**INSTRUMENTO: ATO DE INEXIGIBILIDADE**  
PROCESSO TCE Nº 302.688-2/2019  
FUNDAÇÃO LEGAL: Art. 2º, inciso II, da Lei Federal nº 8.665/93  
PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o Sr. Henrique Furtado Souza Carneiro  
OBJETO: Ratificar, nos termos da autorização do Subsecretário-Auxiliar de Administração e Finanças e no âmbito de que dispõe o art. 24 da Lei Federal nº 8.665/93, a inexistência de impedimento e favor do Sr. HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO, no cargo total de R\$ 73.800,00 (setenta e dois mil reais), para a execução dos serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

**FISCALIZAÇÃO:** Fernando Henrique Carneiro Leão - Matr. 024317 (Secretaria-Geral de Contas Externa - SGE)  
\*Omissão no DOEJ de 26/08/2019

## SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO

**INSTRUMENTO: TERMO DE CONTRATO Nº 31/2019**  
PROCESSO Nº 300.453-1/19  
PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a A188 SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA  
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção de licenças no uso de SOFTWARE no sistema MICROSOFT, em modalidade de licenciamento por assinatura temporária, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com garantia de atualização (COM SA - SOFTWARE ASSURANCE) e suporte na WEB e por telefone nas modalidades 7 x 24 (sete dias e vinte e quatro horas por dia).  
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2019  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 36 (trinta e seis) meses a contar a partir de 01/09/2019  
PREÇO TOTAL: R\$ 588.723,28  
GERENCIAMENTO: Márcio Lybair - Matr. 024331 (Coordenadora de Gestão Administrativa e Contratual - CGA)  
FISCALIZAÇÃO: Fátima Helena Sobreira - Matr. 023104 (Diretora de Tecnologia da Informação - DTI)

**EXTRATO DE TERMO DE ADESAO**

**INSTRUMENTO: TERMO DE ADESAO Nº 019**  
PROCESSO Nº 300.453-1/19  
PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o INSTITUTO RUI BARBOSA - IIRB  
OBJETO: Anulação do impedimento no âmbito da prestação de serviços de consultoria em auditoria financeira para análise e elaboração de pareceres sobre a execução orçamentária e financeira de órgãos e entidades da administração pública, no âmbito da Praca da República, 702º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, nos dias úteis, das 10 às 17h, dentro do prazo identificado a seguir.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** 1 ano  
DATA DA ASSINATURA: 25/08/2019  
GERENCIAMENTO: Márcio Lybair - Matr. 024331 (Coordenadora de Gestão Administrativa e Contratual - CGA)  
FISCALIZAÇÃO: Cláudio Eduardo Arranha - Matr. 022815 (Secretaria-Geral de Planejamento - SGP)

## COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL  
DE 28.08.2019

Proc. TCE nº 302.688-2/2019 - RJ: André Junior - Matr. 0237350-2: AUTORIZO a concessão de licença-prêmio, pelo prazo de 33 (três) meses, a partir de 02/09/2019.

Proc. TCE nº 301.957-4/2019 - Jorge Marcos Mendonça Brandão - Matr. 0234780-4: AUTORIZO a concessão de licença-prêmio, pelo prazo de 01 (um) mês, a partir de 05/09/2019.

## Comissão Permanente de Pregão

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 462818

PROCESSO TCE Nº 301.762-7/2019  
DATA: 12/08/2019  
HORARIO: 10:00 h  
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA PARA O TCE/RJ  
PREÇO ESTIMADO: R\$462.550,70  
LOCAL: PRAÇA DA REPÚBLICA Nº 70 - CENTRO - RJ - 5º ANDAR - SALA DE LICITAÇÕES  
ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.tce-rj.org.br/licitacoes](http://www.tce-rj.org.br/licitacoes)

Os interessados poderão obter o edital de licitação na Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC), situada na Praça da República nº 70 - 5º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ - telefone 3231-5414, de segunda a sexta-feira, entre 9h00 e 17h00 horas, ou através do sistema de licitação no endereço eletrônico: [www.tce-rj.org.br/licitacoes](http://www.tce-rj.org.br/licitacoes)

Somos Amigos Furtado Alves  
Prezados do TCE/RJ

Id: 2204680

# Denúncias, Dúvidas ou Informações



**Disque Idoso**  
**2334-5500**

**Senhora Substituta,**

Versam os autos sobre a contratação de serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para a realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria a ser realizada, no valor total de R\$72.000,00, nos termos da Proposta Detalhe nº075/2019, fls.31/32.

A presente contratação por inexigibilidade de licitação, ainda em fase de conclusão, está baseada no art. 25, inciso II, parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.666/93. Neste sentido, cabe mencionar que foram praticados os seguintes atos com vistas a formalização da contratação direta: prática de ato de Inexigibilidade de Licitação pelo Ilustre Subsecretário de Administração, fls.51/51v, ratificação do ato feita pelo Ilustre Secretário Geral de Administração, 51v, empenhamento da despesa, fls.53/54.

Contudo, em reexame dos autos, verificamos a necessidade do encaminhamento prévio da presente contratação ao Egrégio Conselho Superior de Administração deste Tribunal, de forma a atender o disposto no artigo 48, parágrafo terceiro do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº167/92, abaixo transcrito:


Art.48. (...)

§ 3º As auditorias governamentais de que trata esta Seção serão realizadas por servidores dos Órgãos Auxiliares do Tribunal, ou, por decisão do Plenário, eventual e subsidiariamente, mediante contrato, por empresas ou auditores especializados, sob a coordenação de servidores designados pelo Presidente.

Desta forma, em face do dever de autocorreção dos atos administrativos<sup>1</sup>, decorrente do princípio da legalidade que rege a atuação da Administração Pública, sugerimos:

- 1) A **ANULAÇÃO** do ato de Inexigibilidade em favor do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro.
- 2) O encaminhamento dos autos ao Ilustre Secretário-Geral de Administração para análise, e caso concorde, ratifique o presente ato.
- 3) A determinação de anulação dos empenhos que respaldavam a presente contratação (2019NE00245 e 2019NE00246).
- 4) A submissão imediata do presente processo ao Colendo Conselho Superior de Administração deste Tribunal para deliberação.

SSA, 12 de setembro de 2019.

  
Luiz Claudio Santana  
Assistente  
Matrícula nº02/3491

---


<sup>1</sup> SÚMULA nº473 – STF “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”.

SÚMULA nº346 – STF “A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”.

De acordo com a instrução precedente.

- a) **ANULO** o ato de inexigibilidade de licitação em favor do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro, com fulcro no artigo 25, inciso II, parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.666/93, no preço total de total de R\$72.000,00(setenta e dois mil reais), conforme descrito na Proposta Detalhe nº 075/2019 (fls. 31/32).
- b) **DETERMINO a ANULAÇÃO** das Notas de Empenhos 2019NE00245 e 2019NE00246.
- c) Encaminhe-se os autos para a Secretaria-Geral de Administração com vistas ao Ilustre Secretário para ciência e, caso concorde, ratificação. Rogando ainda, a submissão deste processo ao Colendo Conselho Superior de Administração deste Tribunal para deliberação

SSA, 12 de setembro de 2019.


  
**RENATA DI MASI PALHEIRO**  
Substituta Eventual do  
Subsecretário - Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matrícula nº 02/4247/0-4



Ratifico a **ANULAÇÃO** do ato de inexigibilidade de licitação em favor do **Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro**, com fulcro no artigo 25, inciso II, parágrafo primeiro da Lei Federal nº 8.666/93, no preço total de total de R\$72.000,00(setenta e dois mil reais), conforme descrito na Proposta Detalhe nº 075/2019 (fls. 31/32).

À SSA para as providenciar a publicação do presente ato e as demais medidas elencadas na decisão da Sra. Substituta, em especial, a elevação do presente ao Conselho Superior de Administração.

SGA, 12 de setembro de 2019.

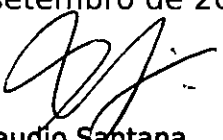
  
**LUCIO CAMILO OLIVA PEREIRA**  
Secretário-Geral de Administração  
Matrícula nº 02/4434/0-3

À Coordenadoria de Contabilidade e Finanças – CCF

Senhor Coordenador,

**DE ORDEM SUPERIOR.** Para anulação dos empenhos 2019NE00245 e 2019NE00246 que respaldavam a contratação direta do Sr. Henrique Ferreira Souza Carneiro. Após retorne os autos a esta Subsecretaria.

SSA, 12 de setembro de 2019.

  
Luiz Claudio Santana  
Assistente  
Matrícula nº02/3491



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Empenho

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

RUBRICA J

FLS.: 62

Encerrado até Agosto

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00268	13/09/19
Credor	Valor	
00496829114 - HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO	52.200,00 (Cinquenta e dois mil e duzentos reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	
Anulação	2019NE00245	

Classificação	
Nota de Reserva	2019NR00021
Natureza	339035 - Serviços de Consultoria
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do RJ
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	230 - Recursos Próprios
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	04 - Outros Poderes
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	Não Definido

Detalhamento	
Modalidade do Empenho	Estimativo Modalidade de Licitação 06 - Inexigível Embasamento Legal Lei 8.666/93 Art. 25 - Caput II
Origem de Material	1 - Origem nacional Data de Entrega Local de Entrega
Processo	302.688-2/19 UF Rio de Janeiro Município Rio de Janeiro

Itens	
-------	--

Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Consultoria	01 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA		52.200,00

Cronograma	
Setembro	52.200,00

Saldo Dotação			
Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
2.341.733,81	0,00	0,00	2.393.933,81

Observação	
------------	--

ANULAÇÃO	
----------	--

Produtos	
----------	--

Emitido/contabilizado por MARCIO MARTINS SANTOS em 13/09/19 às 09:36.

Impresso por MARCIO MARTINS SANTOS em 13/09/19 às 09:36.

05-301

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00268	13/09/19
Credor	Valor	
00496829114 - HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO	52.200,00 (Cinquenta e dois mil e duzentos reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	
Anulação	2019NE00245	

Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
SERV DE CONSULTORIA	1	-	52.200,00	52.200,00
Descrição: CONSULTORIA				



Governo do Estado do Rio de Janeiro

## Nota de Empenho

TCE-RJ

PROCESSO Nº 302.688-2/19

RUBRICA

FLS.: 63

Encerrado até Agosto

Identificação		
Unidade Gestora	Número do Documento	Data de Emissão
026100 - FEM/TCE-RJ	2019NE00269	13/09/19
Credor	Valor	
29979036000140 - Instituto Nacional De Seguro Social.	10.440,00 (Dez mil e quatrocentos e quarenta reais)	
Tipo de Empenho	NE Original	
Anulação	2019NE00246	

Classificação	
Nota de Reserva	2019NR00022
Natureza	339047 - Obrigações Tributárias e Contributivas
Unidade Orçamentária	02610 - Fundo Especial de Modernização do Controle Externo do Tribunal de Contas do RJ
Programa de trabalho	01.128. 0138. 2913 - Capacitação e Treinamento de RH do TCE, Órgãos Jurisdicionados e da Sociedade
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida
Fonte	230 - Recursos Próprios
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO
Área Geográfica	3300000 - ESTADO
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno não identificado
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada
LME	04 - Outros Poderes
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido
Chave SIGA	Não Definido

Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	07 - Não Aplicável	Embasamento Legal
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega	Local de Entrega	
Processo	302.688-2/19	UF	Rio de Janeiro	Município
			Rio de Janeiro	Rio de Janeiro

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Obrigações Tributárias e Contributivas	10 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - INSS		10.440,00

Cronograma	
Setembro	10.440,00

Saldo Dotação	
---------------	--

Crédito disponível Antes NE	Crédito indisponível Antes NE	Valor do Empenho	Saldo Após Empenho
2.383.493,81	0,00	0,00	2.393.933,81

Observação
------------

Emitido/contabilizado por MARCIO MARTINS SANTOS em 13/09/19 às 09:39.

Impresso por MARCIO MARTINS SANTOS em 13/09/19 às 09:39.

<b>Identificação</b>		
<b>Unidade Gestora</b> 026100 - FEM/TCE-RJ	<b>Número do Documento</b> 2019NE00269	<b>Data de Emissão</b> 13/09/19
<b>Credor</b> 29979036000140 - Instituto Nacional De Seguro Social.	<b>Valor</b> 10.440,00 (Dez mil e quatrocentos e quarenta reais)	
<b>Tipo de Empenho</b> Anulação	<b>NE Original</b> 2019NE00246	
<b>ANULAÇÃO</b>		

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
CONTR PATRONAIS	1	-	10.440,00	10.440,00
Descrição: PATRONAL				



**Processo :** 302688-2/19

**Origem :** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ

**Setor :** Não Encontrado

**Natureza :** PROPOSTA (INT) \*

**Interessado :** SGE-SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO

**Observação :** CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA

À Subsecretaria de Administração e Finanças - SSA

Senhor Subsecretario-Adjunto

Encaminhamos o presente processo para as devidas providências, após atendimento do solicitado.

CCF, 13/09/2019

**ELI BARCELOS**

Assistente

Matricula 02/002780/0-2

De acordo.

CCF, 13/09/2019

**Marcelo Langeli Ceranto**

Coordenador-Geral

Matrícula 02/004345

Processo TCE nº 220517-2/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Processo TCE nº 220523-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Município de PINHEIRAL  
Órgão: PREFEITURA DE PINHEIRAL  
Processo TCE nº 220631-8/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Município de PIRAI  
Órgão: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DE PIRAI  
Processo TCE nº 219986-0/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Município de SÃO GONÇALO  
Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO - IPASG  
Processo TCE nº 220552-8/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Órgão: PREFEITURA DE SÃO GONÇALO  
Processo TCE nº 221354-7/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO  
Município de SÃO JOÃO DA BARRA  
Órgão: PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA  
Processo TCE nº 201876-1/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO, NOTIFICAÇÃO PESSOAL  
Município de SARUQUAIA  
Órgão: PREFEITURA DE SARUQUAIA  
Processo TCE nº 206804-3/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
Município de SAQUAREMA  
Órgão: INSTITUTO DE BENEFÍCIOS E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SAQUAREMA  
Processo TCE nº 220346-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Processo TCE nº 220352-7/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Município de SILVA JARDIM  
Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SILVA JARDIM  
Processo TCE nº 221272-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Município de TERESÓPOLIS  
Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E SERV. DE TERESÓPOLIS  
Processo TCE nº 220433-2/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Município de VOLTA REDONDA  
Órgão: FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE VOLTA REDONDA  
Processo TCE nº 202957-8/2019 - Decisão: ARQUIVAMENTO  
Órgão: PREFEITURA DE VOLTA REDONDA  
Processo TCE nº 220582-9/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Processo TCE nº 220428-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
DECISÃO MONOCRÁTICA  
(art. 131-A do Regimento Interno)  
03/09/2019  
CONSELHEIRO SUBSTITUTO CHRISTIANO LACERDA GHURREIN  
Município de BARRA MANSA  
Órgão: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE BARRA MANSA  
Processo TCE nº 221061-0/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
Município de ITAPERUNA  
Órgão: FUNDO MUN. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE ITAPERUNA  
Processo TCE nº 213388-0/2019 - Decisão: ARQUIVAMENTO  
Município de ITATIARA  
Órgão: PREFEITURA DE ITATIARA  
Processo TCE nº 227536-3/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
Município de MESQUITA  
Órgão: CÂMARA DE MESQUITA  
Processo TCE nº 213813-0/2019 - Interessado: FLAVIO NAKANDAVARE DE OLIVEIRA  
- Decisão: QUITAÇÃO DA MULTA, COMUNICAÇÃO, ARGUMENTO  
Município de RIO DAS OSTRAS  
Órgão: PREFEITURA DE RIO DAS OSTRAS  
Processo TCE nº 230663-2/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
Município de SÃO JOÃO DA BARRA  
Órgão: PREFEITURA DE SÃO JOÃO DA BARRA  
Processo TCE nº 206867-7/2019 - Decisão: DIÁLOGO, ARGUMENTO

Município de TRAÍANO DE MORAES  
Órgão: PREFEITURA DE TRAÍANO DE MORAES  
Processo TCE nº 204613-2/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO, ENCAMPAMENTO  
DECISÃO MONOCRÁTICA  
(art. 131-A do Regimento Interno)  
03/09/2019  
CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCELO VERDINI MAIA  
Município de ANGRA DOS REIS  
Órgão: PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS  
Processo TCE nº 222136-2/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO, REMESSA, EXPEDIENTE DE OFÍCIO  
Município de CARMO  
Órgão: PREFEITURA DE CARMO  
Processo TCE nº 208019-4/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
DECISÃO MONOCRÁTICA  
(art. 131-A do Regimento Interno)  
03/09/2019  
CONSELHEIRO MARIANNA MONTEBELLO WILLEMAN  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Órgão: PRODERJ - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro  
Processo TCE nº 102665-9/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
Processo TCE nº 106346-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Processo TCE nº 105008-7/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO  
Município de BELFORD ROXO  
Órgão: PREFEITURA DE BELFORD ROXO  
Processo TCE nº 218902-1/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO  
Município de CABO FRIO  
Processo TCE nº 221821-6/2019 - Decisão: INDEFERIMENTO  
Órgão: PREFEITURA DE CABO FRIO  
Processo TCE nº 216851-6/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA  
Município de MACAÉ  
Órgão: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MACAÉ  
Processo TCE nº 221353-3/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Município de MANGARATIBA  
Órgão: PREFEITURA DE MANGARATIBA  
Processo TCE nº 216894-2/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO, ARGUMENTO  
Município de TANGIÁ  
Órgão: CÂMARA DE TANGIÁ  
Processo TCE nº 205247-2/2019 - Decisão: ARGUMENTO  
DECISÃO MONOCRÁTICA  
(art. 131-A do Regimento Interno)  
03/09/2019  
CONSELHEIRO RODRIGO MELO DO NASCIMENTO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Órgão: FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA - FAETEC  
Processo TCE nº 115858-4/2018 - Decisão: COMUNICAÇÃO, ENCAMPAMENTO  
Órgão: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
Processo TCE nº 221446-6/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE  
Processo TCE nº 105406-6/2019 - Decisão: DEFERIMENTO  
Município de CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Órgão: INSTITUTO DE PREV. DE CAMPOS DOS GOYTACAZES  
Processo TCE nº 221828-8/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Processo TCE nº 221852-4/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Processo TCE nº 221858-4/2019 - Decisão: DEFERIMENTO, ANEXAÇÃO  
Município de CASIMIRO DE ABREU  
Órgão: PREFEITURA DE CASIMIRO DE ABREU  
Processo TCE nº 221223-2/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU-

NICAÇÃO  
Município de PARABA DO SUL  
Órgão: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE PARABA DO SUL  
Processo TCE nº 221036-7/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Município de SÃO GONÇALO  
Órgão: EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SÃO GONÇALO  
Processo TCE nº 221040-0/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SÃO GONÇALO - IPASG  
Processo TCE nº 221612-2/2003 - Decisão: COMUNICAÇÃO, REMESSA  
Município de SÃO JOÃO DE MERITI  
Órgão: FUNDO DE LUM. PÚBLICA DE SÃO JOÃO DE MERITI  
Processo TCE nº 221243-2/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Órgão: FUNDO MUN. DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DE MERITI  
Processo TCE nº 221243-2/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Órgão: FUNDO MUN. DE HAB. E INT. SOCIAL DE SÃO JOÃO DE MERITI  
Processo TCE nº 221244-4/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Município de SILVA JARDIM  
Órgão: PREFEITURA DE SILVA JARDIM  
Processo TCE nº 220898-6/2019 - Decisão: NOTIFICAÇÃO PARA DEFESA, COMU, NICAÇÃO  
Município de VOLTA REDONDA  
Órgão: PREFEITURA DE VOLTA REDONDA  
Processo TCE nº 221531-7/2019 - Decisão: COMUNICAÇÃO, ENCAMPAMENTO  
M: 2207811

## Conselho Superior de Administração

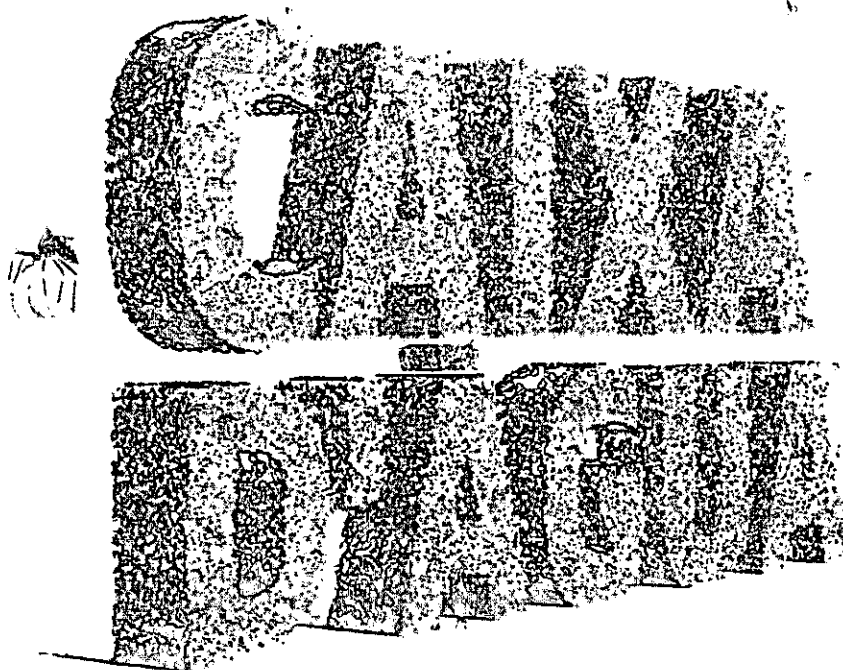
DECISÃO DO CONSELHO  
DE 04.09.2019

Proc. TCE nº 303307-9/2018 - Assessor: Magno Braga de Oliveira, mat. 0220420-1. Certifico que a Tribuna de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em sessão do CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO realizada nesta data, decidiu por unanimidade, por INDEFERIMENTO com COMUNICAÇÃO, nos termos do voto do Conselheiro Substituto Cristiano Lacerda Ghurrein, sendo o Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento retido e presente sem voto revirado.  
Id: 2207811

## Secretaria Geral de Administração

EXTRATO DE DESPACHO DO SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DE 12/09/2019  
PROCESSO TCE Nº 302.899-2/2019  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93  
PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e o SR. HENRIQUE FERREIRA SOUZA CARNEIRO  
OBJETO: Execução dos serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ a elaborar os dados de trabalho autorizados, de acordo com as suas características próprias, para a realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e monitoração do trabalho de auditoria governamental a ser realizada pelo TCE-RJ, conforme Proposta Deliberação nº 075/2019. PREÇO ESTIMADO: R\$17.000,00.  
Com base na competência delegada no Ato Executivo nº 22.648, de 28/05/2019, e com fundamento no Princípio da Atualização Administrativa, o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e nas Súmulas nº 345 e 473 do STJ, ratifica a decisão de extinção do feito nº 302.899-2/2019, por falta de interesse processual, tendo em vista a inexistência de objeto.  
Rio de Janeiro, 14 de Setembro de 2019. Id: 2207811

Caixa d'água pode virar foco de mosquito.  
Mantenha fechada.



Tome uma #atitudecontraomosquito

da chikungunya.



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO




Senhora Substituta,

Versam os autos sobre a contratação de serviços de consultoria em Auditoria Financeira para auxiliar o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE-RJ a elaborar os papéis de trabalho personalizados, de acordo com as suas características próprias, para a realização de auditoria financeira, bem como acompanhar o projeto piloto de implementação da metodologia, durante o planejamento, execução e elaboração do relatório de auditoria a ser realizada, no valor total de R\$72.000,00, nos termos da Proposta Detalhe nº075/2019, fls.31/32.

Após a anulação dos empenhos e a publicação do ato de anulação da referida contratação direta, sugerimos o encaminhamento do presente para a Secretaria Geral de Administração - SGA para ciência.

SSA, 17 de setembro de 2019.

  
Luiz Claudio Santana  
Assistente  
Matr. 02/3491

De acordo. À SGA, como proposto.

SSA, 17 de setembro de 2019.

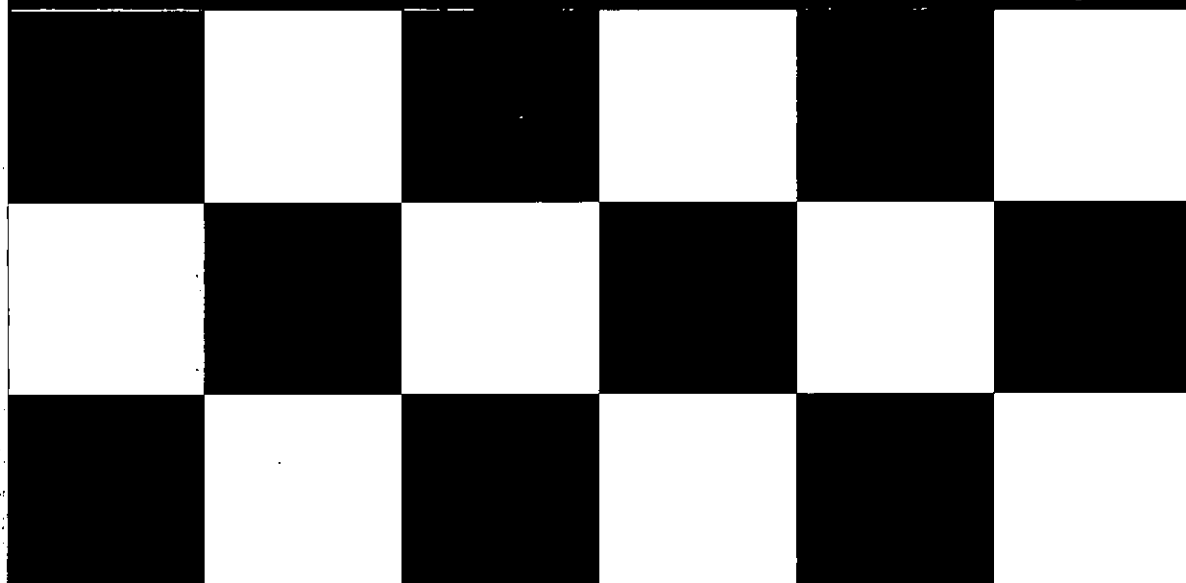
  
RENATA DI MASI PALHEIRO  
Substituta Eventual do  
Subsecretário - Adjunto de  
Administração e Finanças  
Matrícula nº 02/4247/0-4

Ciente das providências adotadas. Não havendo interesse administrativo, no momento, nesta contratação, **arquite-se**.

SGA, 17 de setembro de 2019.

  
LUCIO CAMILO OLIVA PEREIRA  
Secretário-Geral de Administração  
Matrícula nº 02/4434/0-3

## Sinalética de Microfilmagem e Digitalização



### Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED

Este processo/documento TCE foi microfilmado e digitalizado  
até esta folha, conforme autuação, e identificado abaixo pelo  
GED com nº da guia e do processo

Data 19/9/19

Empresa/Indexador (nome): \_\_\_\_\_

Matrícula ou identidade: \_\_\_\_\_

Assinatura ou rubrica: VERONICA